DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, segunda- feira, 18 de julho de 1977 — ANO II - Nº 135

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº. 3.778 DE 12 DE JULHO DE 1977

Ratifica Convênios de natureza fiscal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o artigo 4º., da Lei Complementar nº. 24, de 07 de janeiro de 1975,

D E C R E T A :

Art. 1º. - São ratificados os Convênios ICM - 10/77, a 19/77, que este acompanham, celebrados pelo Ministro da Fazenda e pelos Secretários da Fazenda e de Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8º. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília - DF, no dia 30 de junho de 1977.

Art. 2º. - Fica autorizada a Secretaria de Finanças a baixar as normas complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º. - O presente Decreto integra o Livro IV, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 5º., do Decreto nº. 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 4º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 12 de julho de 1977
89º. da República e 18º. de Brasília.
ELMO SEREJO FARIAS
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

CONVÊNIO ICM 10/77

Estabelece tratamento tributário nas operações de trigo de produção nacional e dá outras providências.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira - Fica diferido o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas saídas de trigo de produção nacional.

Parágrafo 1º - - Encerra- se a fase do diferimento nas saídas de trigo para a indústria moageira, promovidas pelo Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional - CTRIN, do Banco do Brasil S.A., como agente financeiro do Tesouro Nacional.

Parágrafo 2º - Encerra- se também a fase do diferimento nas operações de saídas interestaduais, promovidas pelo CTRIN.

Cláusula segunda - O Banco do Brasil S.A., por intermédio do CTRIN, é responsável pelo pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias diferido.

Parágrafo Único - O Banco do Brasil S.A. por intermédio do CTRIN, pagará o Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas saídas de trigo referidas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula anterior, com base no preço praticado na operação em que se encerrar a fase do diferimento.

Cláusula terceira - A partir de 1º de maio de 1977, se o preço de saída for menor do que o preço da aquisição, o Banco do Brasil S.A., por intermédio do CTRIN, recolherá ao Estado produtor, na mesma ocasião do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, a título de compensação financeira, importância equivalente ao produto da aplicação do percentual de 14% (quatorze por cento), nos Estados das regiões Sudeste e Sul e 15% (quinze por cento), nas demais regiões, sobre o valor da diferença.

Parágrafo 1º - Para os efeitos do disposto nesta cláusula, entende-se por preço de compra e preço de venda aqueles fixados em Portaria da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), vigentes para a safra a que corresponder o produto.

Parágrafo 2º - Da compensação financeira recebida, os Governos Estaduais creditarão 20% (vinte por cento), na Conta de Participação dos Municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

Cláusula quarta - Os Estados adotarão medidas tendentes a uniformizar os regimes especiais conferidos ao CTRIN.

Cláusula quinta - Fica dispensado o Banco do Brasil S.A., do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e demais acréscimos legais, acaso devidos e não pagos até a presente data, pela comercialização do trigo.

Cláusula sexta - Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasília, DF, 30 de junho de 1977

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda

EDSON CARDOSO NUNES
Acre

OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas

LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas

p/JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia

FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal

ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo

RENÉ POMPEO DE PINA
Goiás

PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão

OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso

JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais

CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará

LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba

JAYME PROSDÓCIMO
Paraná

GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco

MARCONI DIAS LOPES
Piauí

LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro

ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte

JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul

IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina

MURILO MACEDO
São Paulo

ENIVALDO ARAÚJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 11/77

Dispõe sobre a fixação de percentual para estorno de crédito do ICM na exportação de fio de seda.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças, dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº. 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira - Fica fixada em 5% (cinco por cento) o percentual a ser aplicado sobre o valor FOB, constante da guia de exportação de fio de seda, a título de estorno de crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, devido na forma do Parágrafo 3º do art. 3º do Decreto- Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.

Cláusula segunda - Quando as operações anteriores à de exportação de fio de seda estiver beneficiada com diferimento ou suspensão do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, na saída para o exterior o tributo diferido ou suspenso será pago pelo contribuinte, sem direito a crédito, observado o mesmo percentual referido na cláusula anterior.

Cláusula terceira- Aplicar- se- á o mesmo percentual referido na cláusula primeira, tratando- se de saída para o exterior, promovida por estabelecimento comercial da mesma empresa.

Cláusula quarta - Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de ante cedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão re metidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti -6º andar

Telefones: Direto: 25.7803 - PABX - 256830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais para publicação, aevidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

Brasília, DF, 30 de junho de 1977

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda

EDSON CARDOSO NUNES
Acre

OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas

LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas

P/JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia

FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal

ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo

RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás

PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão

OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso

JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais

CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará

LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba

JAYME PROSDÓCIMO
Paraná

GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco

MARCONI DIAS LOPES
Piauí

LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro

ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte

JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul

IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina

MURILO MACEDO
São Paulo

ENIVALDO ARAÚJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 12/77

Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a dispensar créditos tributários decorrentes de saídas de mosto de uva.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº. 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira- Fica o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a dispensar os créditos tributários,constituídos ou não, decorrentes de saídas internas de mosto de uva promovidas pelas empresas COMPANHIA MONACO - Vinhedos, Indústria, Comércio, Importação e Exportação, COOPERATIVA VINICOLA AURORA LTDA. e LUIZ MICHIELON S. A. para a empresa INDUCITRUS - Indústria de Sucos S.A., no período de 27.10.72 a 31.12.73, como matéria- prima a ser submetida a processo industrial de concentração e posterior exportação pela destinatária.

Cláusula segunda- O disposto na cláusula anterior não implicará em restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Cláusula terceira- Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasília, DF, 30 de junho de 1977.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda
EDSON CARDOSO NUNES
Acre
OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas
LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas
P/ JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia
FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal
ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo
RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás
PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão
OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso
JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais
CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará
LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba

JAYME PROSDÓCIMO
Paraná
GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco
MARCONI DIAS LOPES
Piauí
LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro
ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte
JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul
IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina
MURILO MACEDO
São Paulo
ENIVALDO ARAÚJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 13/77

Acrescenta cláusulas ao Convênio AE - 11/71 de 15 de dezembro de 1.971.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8a. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira- Ficam acrescentadas ao Convênio AE- 11/71, de 15 de dezembro de 1971, as seguintes cláusulas, passando a atual cláusula única a vigorar como cláusula primeira:

"Cláusula segunda- Fica dispensada a emissão de Nota Fiscal de Produtor, nos casos de transmissão de propriedade de mercadorias para a Comissão de Financiamento da Produção- CFP, decorrentes da não liquidação de "Empréstimos do Governo Federal- EGF's", quando depositadas, sob penhor, em armazéns".

"Cláusula terceira- Na hipótese prevista na cláusula anterior, é considerado como documento hábil,para efeito do competente registro no armazém geral,a 8ª. Via da Nota Fiscal de Entrada, denominada "Aquisição do Governo Federal- AGF".

"Cláusula quarta- Os armazéns ficam obrigados a lançar no documento fiscal que acobertou a entrada do produto no armazém (Nota Fiscal de Produtor ou Guia de Livre Trânsito) a observação "mercadoria transferida ao Governo Federal, conforme AGF nº de / / ", ficando ambos os documentos anexados para todos os efeitos legais".

Cláusula segunda- Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasilia, DF, 30 de junho de 1977.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda
EDSON CARDOSO NUNES
Acre
OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas
LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas
P/JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia
FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal
ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo
RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás
PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão
OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso
JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais
CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará
LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba
JAYME PROSDÓCIMO
Paraná
GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco
MARCONI DIAS LOPES
Piauí
LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro
ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte
JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul
IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina
MURILO MACEDO
São Paulo
ENIVALDO ARAÚJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM/14/77

Autoriza a adesão dos Estados de Goiás e Mato Grosso às disposições do Convênio da Amazônia, de 16 de maio de 1.968.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira - Ficam os Estados de Goiás e Mato Grosso autorizados a concederem os incentivos fiscais de que tratam as cláusulas primeira à nona do Convênio da Amazônia, celebrado em 16 de maio de 1968, às empresas já instaladas ou que vierem a se instalar nas áreas dos seus territórios compreendidas na Região da Amazônia Legal, assim definida pelo art. 2º da Lei nº 5.173, de 27 de dezembro de 1966, abrangidas pelos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Cláusula segunda - Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasilia - DF, 30 de junho de 1977.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda

EDSON CARDOSO NUNES
Acre

OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas

LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas

P/JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia

FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal

ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo

RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás

PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão

OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso

JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais

CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará

LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba

JAYME PROSDÓCIMO
Paraná

GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco

MARCONI DIAS LOPES
Piauí

LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro

ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte

JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul

IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina

MURILO MACEDO
São Paulo

ENIVALDO ARAÚJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 15/77

Dá nova redação à cláusula sexta do Convênio ICM 07/77 de 15 de abril de 1977.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira - A cláusula sexta do Convênio ICM 07/77, de 15 de abril de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula sexta - Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, facultando - se aos Estados deslocarem a sua vigência para o primeiro dia do mês subsequente".

Cláusula segunda - Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasília, DF, 30 de junho de 1977.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda

EDSON CARDOSO NUNES
Acre

OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas

LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas

P/ JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia

FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal

ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo

RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás

PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão

OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso

JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais

CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará

LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba

JAYME PROSDÓCIMO
Paraná

GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO.
Pernambuco

MARCONI DIAS LOPES
Piauí

LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro

ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte

JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul

IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina

MURILO MACEDO
São Paulo

ENIVALDO ARAÜJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 16/77

- Autoriza remissão e parcelamento para os casos que especifica.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazénda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira - Fica o Estado do Rio de Janeiro autorizado:

I - A conceder remissão de juros e multas decorrentes de créditos tributários, constituídos até 31 de maio de 1977, de responsabilidade das empresas a seguir enumeradas:

a) Companhia Fiação e Tecidos Cometa;
b) Instituto Terapêutico Orlando Rangel Ltda;
c) Carioca Artefatos de Papel S.A.;
d) Brastel Artigos Domésticos S.A.;
e) Cobrás Telegel Artigos Domésticos S.A.;
f) Rei da Voz Aparelhos Eletro - sonoros S.A.;
g) Lojas Par S.A.

II - A conceder, relativamente aos créditos tributários referidos e de responsabilidade das empresas enumeradas no ítem anterior, parcelamento em 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas.

Cláusula segunda - Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasilia, DF, 30 de junho de 1977.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda

EDSON CARDOSO NUNES
Acre

OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas

LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas

P/ JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia

FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal

ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo

RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás

PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão

OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso

JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais

CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará

LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba

JAYME PROSDÓCIMO
Paraná

GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco

MARCONI DIAS LOPES
Piauí

LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro

ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte

JORGE BOBOT MIRANDA
Rio Grande do Sul

IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina

MURILO MACEDO
São Paulo

ENIVALDO ARAÜJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 17/77

Estabelece a adoção, nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco o disposto no Convênio ICM 22/76, de 15 de junho de 1.976.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº. 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira - É aplicável nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco o disposto no Convênio ICM 22/76, de 15 de junho de 1976.

Cláusula segunda - Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasília, DF, 30 de junho de 1977

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda
EDSON CARDOSO NUNES
Acre
OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas
LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas
P/JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia
FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal
ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo
RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás
PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão
OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso
JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais

CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará
LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba
JAYME PROSDÓCIMO
Paraná
GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco
MARCONI DIAS LOPES
Piauí
LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro
ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte
JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul
IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina
MURILO MACEDO
São Paulo
ENIVALDO ARAÜJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 18/77

Insenta do ICM saídas de insumos de fertilizantes.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº. 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira- Ficam isentas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias as saídas de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônia e suas soluções, ácido sulfúrico, ácido fosfórico, fosfato de amônia, fosfato natural bruto e enxofre, dos estabelecimentos fabricantes ou importadores para:

I - estabelecimento onde sejam industrializados adubos, simples ou compostos, e fertilizantes;
II - estabelecimento produtor agrícola;
III- quaisquer estabelecimentos com fins exclusivamente de armazenagem.
IV - outro estabelecimento do mesmo titular daquele onde se tiver processado a industrialização.

Parágrafo 1º. - A isenção prevista nesta cláusula se estende:
1 - às saídas promovidas, entre si, pelos estabelecimentos referidos nos incisos desta cláusula;

2- às saídas a título de retorno, real ou simbólico, da mercadoria remetida para fins de armazenagem.

Parágrafo 2º. - Relativamente aos produtos estrangeiros, a isenção só se aplica se a respectiva importação estiver isenta do Imposto de Importação, de competência da União.

Cláusula segunda- Fica revogado o disposto nos números 4 e 5 da cláusula primeira do I Convênio do Rio de Janeiro, celebrado em 27 de fevereiro de 1967.

Cláusula terceira- Este Convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasília, DF, 30 de junho de 1977

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda
EDSON CARDOSO NUNES
Acre
OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas
LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas
P/JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia
FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal
ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo
RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás
PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão
OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso
JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais
CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará
LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba
JAYME PROSDÓCIMO
Paraná
GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco
MARCONI DIAS LOPES
Piauí
LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro
ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte
JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul
IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina
MURILO MACEDO
São Paulo
ENIVALDO ARAÚJO
Sergipe

CONVÊNIO ICM 19/77

Dispõe sobre cancelamentos de créditos tributários pelo Estado de Goiás, nas situações que menciona.

O Ministro da Fazenda e os Secretários de Fazenda ou Finanças dos Estados e do Distrito Federal, na 8ª. Reunião Ordinária do CONSELHO DE POLITICA FAZENDÁRIA, realizada em Brasília, DF, no dia 30 de junho de 1977, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº. 24, de 07 de janeiro de 1975, resolvem celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de Goiás autorizado a cancelar créditos tributários, ainda que ajuizados, decorrentes de lançamentos relativos a aproveitamento de crédito do ICM nas aquisições de café ao Instituto Brasileiro do Café - IBC, em que figurem contribuintes que não tenham pleiteado a validade de tal crédito perante o Poder Judiciário.

Cláusula segunda -Este convênio entrará em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Brasília, DF, 30 de junho de 1977.

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN
Ministro da Fazenda
EDSON CARDOSO NUNES
Acre
OSVALDO SEMIÃO LINS
Alagoas
LAÉRCIO DA PURIFICAÇÃO GONÇALVES
Amazonas
P/ JOSÉ DE BRITO ALVES
Bahia
FRANCISCO ASSIS BEZERRA
Ceará
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Distrito Federal
ARMANDO DUARTE RABELO
Espírito Santo
RENÊ POMPEO DE PINA
Goiás
PEDRO NOVAIS LIMA
Maranhão
OCTÁVIO DE OLIVEIRA
Mato Grosso
JOÃO CAMILO PENNA
Minas Gerais
CLOVIS DE ALMEIDA MÁCOLA
Pará
LUIS ALBERTO MOREIRA COUTINHO
Paraíba
JAYME PROSDÓCIMO
Paraná
GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
Pernambuco
MARCONI DIAS LOPES
Piauí
LUIZ ROGÉRIO MITRAUD DE CASTRO LEITE
Rio de Janeiro
ARTHUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO
Rio Grande do Norte
JORGE BABOT MIRANDA
Rio Grande do Sul
IVAN ORESTE BONATO
Santa Catarina
MURILO MACEDO
São Paulo
ENIVALDO ARAÚJO
Sergipe.

Secretaria de Educação e Cultura

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a contar de 07.07.77, LUCIA ELAINE GALESSO MACHADO, matrícula nº. 18.666, da Função em Comissão, símbolo FC-03, de Chefe da Seção de Projetos e Construções, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de julho de 1.977

ELMO SEREJO FARIAS
WLADIMIR MURTINHO

DECRETO DE 12 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Designar TOMAZ VICENTE DE OLIVEIRA FREITAS, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC- 03, de Chefe da Seção de Projetos e Construções, da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de julho de 1.977

ELMO SEREJO FARIAS
WLADIMIR MURTINHO

Secretaria de Saúde

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1977.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 15, dos Estatutos da Fundação Hospitalar do

Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº. 2.845, de 28 de fevereiro de 1975,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, EZIR DE OLIVEIRA LEITE, da função de Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Distrito Federal, 13 de julho de 1977.

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 20 da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o parágrafo único do artigo 90 da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974, e considerando o que consta do processo nº. 121.325/74,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o Decreto de 29 de maio de 1974, de transferência para a reserva remunerada, do Cabo PM, DENOI PEREIRA RG nº. 207.001, da Polícia Militar do Distrito Federal, a fim de considerá - lo reformado **ex offício**, desde aquela data, na mesma graduação, nos termos dos artigos 90, II, 101, II e 103, V, da Lei nº. 6.023, de 03 de janeiro de 1974, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e gratificações incorporáveis a que fizer jus, na forma dos artigos 93, 1, 94, 1 e 2, 99 e seu parágrafo único, da Lei nº. 5.619, de 03 de novembro de 1970, visto ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial - militar, podendo prover os meios de subsistência.

Distrito Federal, em 14 de julho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 121.802/77,

RESOLVE:

Conceder Medalha de Bronze ao Segundo - Sargento PM - JOAQUIM ESPINDULA ATAIDES, Registro Geral nº. 80.257, da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do artigo 139, parágrafo primeiro, letra **b**, e parágrafo segundo, da Lei nº. 6.023, de 03 de janeiro de 1974, e de acordo com o Decreto nº. 5.904, de 24 de fevereiro de 1906, modificado pelo Decreto nº. 7.901, de 17 de março de 1910, por contar mais de 10 (dez) anos de bons serviços prestados à ordem, segurança e tranquilidade públicas.
Distrito Federal, em 14 de julho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 14 DE JULHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 121.801/77,

RESOLVE:

Conceder ao Segundo - Sargento PM, ONÉSIMO GONÇALVES DE CARVALHO, Registro Geral nº. 104.848, da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do artigo 139, parágrafo primeiro, letra **b** e parágrafo segundo, da Lei nº. 6.023, de 03 de janeiro de 1974, a Medalha de Bronze, instituída pelo Decreto nº 5.904, de 24 de fevereiro de 1906, modificado pelo Decreto nº. 7.901, de 17 de março de 1910, por contar mais de 10 anos de bons serviços prestados à ordem, segurança e tranquilidade públicas.
Distrito Federal, em 14 de julho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

DIVISAO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

LICENÇA MÉDICA PRORROGAÇÃO - ARTS. 93, 97 e 98 DA LEI 1.711/52.

SERVIDOR: ANTONIO PEDRO DA SILVA
MATRÍCULA: 15.911
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: Concedo Licença Médica no período de 21.06.77 a 31.07.77, Atestado Médico nº 1810/77- DSM

LICENÇA MÉDICA INICIAL -ARTS. 123, 97 e 98 DA LEI 1.711/52

SERVIDOR: JUAREZ VILANOVA
MATRÍCULA: 9.844
ASSUNTO: LICENÇA MÉDICA
DESPACHO: Concedo Licença Médica no período de 17.06.77 a 31.07.77, Atestado Médico nº 1779/77- DSM.

Brasília, 12 de julho de 1977

GILBERTO ROSSI
Chefe da Seção de Pessoal e Finanças

CPDF

SECRETARIA DO GOVERNO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

LICENÇAS CONCEDIDAS

Interessadô: Luzia Lucia de Freitas Abdala
Matrícula: 969
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 13.06 a 11.08.77
Fundamento Legal: Artigos 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1665/77- DSM

Interessado: José Humberto Freire Quiroz
Matrícula: 984
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 20.05 a 30.06.77
Fundamento Legal: Artigos 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1503/77- DSM

Interessado: José Olimpio da Cruz
Matrícula: 1411
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 01 a 12.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1520/77- DSM

Interessado: José Soares Lustosa
Matrícula: 1664
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 23.06 a 31.07.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1683/77- DSM

Interessado: Jerônimo Duarte
Matrícula: 1776
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 03.06 a 02.07.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1496/77- DSM

Interessado: Lêda Guimarães de Freitas
Matrícula: 2300
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 20 a 30.06.77
Fundamento Legal: Artigos 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1707/77- DSM

Interessado: Maria Izabel de Souza
Matrícula: 5299
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 01.06 a 31.07.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1604/77- DSM

Interessado: Ieda Coelho Bezerra
Matrícula: 5918
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 20 a 30.06.77
Fundamento Legal: Artigos 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1678/77- DSM

Interessado: Edite Ribeiro
Matrícula: 6260
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 26.05 a 09.06.77
Fundamento Legal: Artigo 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1447/77- DSM

Interessado: Maria de Lourdes Cuóco Portugal
Matrícula: 7095
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 09 a 24.06.77
Fundamento Legal: Artigos 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1274/77- DSM

Interessado: Leonida Litran de Moraes Andrade
Matrícula: 7434
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 03.05 a 10.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 99- Lei 1711/52
Documento: Laudo Médico nº 1459/77- DSM

Interessado: Leonilda Litran de Moraes Andrade
Matrícula: 7434
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 11 a 30.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 99- Lei 1711/52
Documento: Laudo Médico nº 1571/77- DSM

Interessado: Alaide Casemiro Chagas
Matrícula: 10103
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 22 a 30.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 99- Lei 1711/52
Documento: Laudo Médico nº 1607/77- DSM

Interessado: Alpheu Tomaz Leite
Matrícula: 10179
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 27.05 a 27.06.77
Fundamento Legal: Artigos 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1441/77- DSM

Interessado: Gilberto Ribeiro Mayrink
Matrícula: 12097
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 29.05 a 12.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1517/77- DSM

Interessado: Gilberto Ribeiro Mayrink
Matrícula: 12097
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 13 a 27.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1607/77- DSM

Interessado: Carmelita Vieira de Lima
Matrícula: 13420
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 20 a 29.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1663/77- DSM

Interessado: Tiburtino Araruna de Almeida
Matrícula: 15900
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 01 a 08.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 99- Lei 1711/52
Documento: Laudo Médico nº 1497/77- DSM

Interessado: José de Oliveira Saraiva
Matrícula: 16059
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 11.06 a 31.07.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 99- Lei 1711/52
Documento: Laudo Médico nº 1594/77- DSM

Interessado: Deraldo Soares Teles
Matrícula: 16673
Tipo: Licença para tratamento de saúde- inicial
Período: 23 a 31.05.77
Fundamento Legal: Artigos 123, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº 1464/77- DSM

Interessado: Deraldo Soares Teles
Matrícula: 16673
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 01 a 30.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93, 97 e 98- Lei 1711/52
Documento: Atestado Médico nº
Interessado: Antonio de Souza Amorim
Matrícula: 16977
Tipo: Licença gala
Período: 23 a 30.05.77
Fundamento Legal: Artigo 153- Lei 1711/52
Documento: Certidão de Casamento nº 593 do 2º Of. Reg. Civil- Sobradinho- DF

Interessado, Antonio Raimundo dos Santos
Matrícula: 17080
Tipo: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Período: 17 a 30.06.77
Fundamento Legal: Artigos 93,97 e 99- Lei 1711/52
Documento: Laudo Médico nº 1590/77- DSM
Brasília, 05 de julho de 1977

ANTONIO DE SOUZA AMORIM
Chefe da Seção de Pessoal
DAG/SEG

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores FERNANDO ANTONIO LAGES COTTA, Engenheiro Civil da FEDF, FRANCISCO CANINDÉ FERREIRA Assessor do Administrador, matrícula nº 13.532, JOÃO EUSTÁQUIO CORREIA, Assistente Técnico, matrícula nº 18.771 e MARIA DO CARMO MENEZES, Agente Administrativo Classe "B" SA - 401.3, matrícula nº 6.229, para comporem sob a presidência do primeiro a Comissão de Licitação de que trata o processo nº 262.568/77.

Brasília, 05 de julho de 1977.

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971.

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores MOACYR TÚLIO MIGUEL ANDRADE, Engenheiro Civil da FEDF, JOÃO EUSTAQUIO CORREIA, Assistente Técnico, matrícula nº 18.771, JEOVANIO DIAS MONTEIRO, Assistente Técnico, matrícula nº 19.025 e MARIA DO CARMO MENEZES, Agente Administrativo Classe "B" SA - 401.3, matrícula nº 6.229, para comporem sob a presidência do primeiro a Comissão de Licitação de que trata o processo nº 262.503/77.

Taguatinga - DF, 04 de julho de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores VILMAR OLIVA DE SALLES, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de obras, matrícula nº 18.104, EDGARD ANTUNES VILLABOIM, Diretor de Engenharia e Arquitetura do Departamento Geral de Administração da FEDF, inscrição nº 83.229, LUCIA DA CONCEIÇAO GUARACIABA GALVOSO, Coordenadora do Complexo Escolar "D", ALFREDO MACHADO FILHO Chefe da Seção de Cadastro, matrícula nº 18.395 e JOAO EUSTAQUIO CORREIA, Assistente Técnico, matrícula nº 18.771, para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão encarregada do recebimento da obra de urbanização da Escola Classe nº 21, relativa ao Convite nº 09/77 - CLRA - III.

Taguatinga- DF, 05 de julho de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE.

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE JULHO DE 1977.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 260.875/77,

RESOLVE:

AUTORIZAR a firma CIVISA - ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA LTDA, dar início as obras das reformas dos blocos para laboratório e gabinetes médico e dentário da Escola Industrial de Taguatinga, de acordo com as especificações estabelecidas no convite nº 022/77 - CL - RA - III .

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga - DF, 06 de julho de 1977.

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE JULHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.943, de 27 de junho de 1975 e tendo em vista o que consta do processo nº 260.875/77,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do item I do artigo 13 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 3.537 de 30 de dezembro de 1976 o Engenheiro Civil da FEDF, MOACYR TÚLIO MIGUEL ANDRADE, matrícula nº 18.577, para Executor das obras de reformas dos blocos para laboratório e gabinetes médico e dentário da Escola Industrial de Taguatinga, de acordo com as especificações estabelecidas no Convite nº 022/77 - CL - RA - III

Esta Ordem de Serviço entrará em vigor a partir desta data.

Taguatinga - DF., 06 de julho de 1977.

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE JULHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores FERNANDO ANTONIO LAGES COTTA, Engenheiro Civil da FEDF, MOARCY TÚLIO MIGUEL ANDRADE Engenheiro Civil da FEDF, ALFREDO MACHADO FILHO, Chefe da Seção de Cadastro, matrícula nº 18.395 e DARCY EVANGELISTA AMANCIO, Agente Administrativo Classe "B" SA 401.3, matrícula nº 14.877, para comporem sob a presidência do primeiro a Comissão de Licitação de que trata o processo nº 262.788/77.

Taguatinga - DF, 07 de julho de 1977

VITAL DE MORAES ANDRADE

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 149ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 1977.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho do ano de 1977 (mil novecentos e setenta e sete), às 9:00 (nove) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, situada no SEPN - Av. W/3 Norte - Quadra 511 - Bloco "A", em Brasília Distrito Federal, realizou - se a 149ª (centésima quadragésima nona) Reunião Ordinária do Conselho de Administração, transferida no dia 22 (vinte e dois) do corrente mês de junho para esta data, por conveniência administrativa, sob a presidência do Secretário do Governo do Distrito Federal e Membro Nato do Conselho, Senhor IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA, e com a presença dos Conselheiros LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa e Membro Nato do Conselho, JOSÉ WAGNER DO AMARAL, JURACI CANDEIA DE SOUZA e LUIS CARLOS BOAVENTURA NEVES. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. Em prosseguimento, o Senhor Presidente fez a leitura da pauta para apreciação dos assuntos nela contidos, distribuindo, por sorteio, os seguintes processos: 1º) Processo Nº 740.783/77 - REF.: DIRAD/DICON - BALANCETES "PATRIMONIAL E ANALITICO" DA CODEPLAN, REFERENTES AO MÊS DE ABRIL DE 1977, ao Conselheiro LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; 2º) Processo Nº 740.974/77 - REF.: DIRAD/DICON - ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CODEPLAN PARA O EXERCICIO DE 1977, ao Conselheiro JOSÉ WAGNER DO AMARAL. A seguir, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, para relatar o processo que lhe fora distribuído, tendo o Conselho, com o voto do Relator, adotada, por unanimidade, a seguinte decisão: "O Conselho toma conhecimento dos BALANCETES "PATRIMONIAL E ANALITICO" DA COMPANHIA, REFERENTES AO MÊS DE ABRIL DE 1977, aprovados pelo Conselho Fiscal na data de 22 de junho de 1977, conforme parecer de fls. 07 do processo em epígrafe, e apreciados pela Diretoria Colegiada *em sua 490ª (quadringentésima nonagésima) reunião ordinária realizada no dia 28 de* junho de 1977". Relator: LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO. Dando sequência aos trabalhos, foi apreciada a matéria de que é objeto o citado Processo Nº 740.974/77, tendo o Conselho, após análise e discussão do assunto, e ao acolher o voto do Relator, proferido *decisão nos seguintes termos: "O Conselho de Administração, após apreciação da matéria* constante de fls. 01/08 do Processo Nº 740.974/77, examinada pela Diretoria Colegiada da Empresa em sua 490ª (quadringentésima nonagésima) reunião ordinária realizada no dia 28 de junho de 1977, APROVA, de acordo com o disposto no Art. 21, parágrafo 3º, alínea "d", dos Estatutos Sociais da Companhia, e nos termos do voto do Relator, as alterações abaixo especificadas, do Orçamento da CODEPLAN para o corrente exercício de 1977, das quais resultarão o aumento da Receita em Cr$ 2.854.620,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e vinte cruzeiros), e da Despesa em igual valor, ficando a Receita e Despesa Totais estimadas em Cr$ 71.694.730,00 (setenta e um milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta cruzeiros). As presentes alterações deverão ser submetidas, através da Secretaria do Governo, ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, para apreciação, conforme estabelece a letra "a", do inciso I, do Art. 28, do Decreto Nº 3.537 - de 30 de dezembro de 1976. ALTERAÇÕES - I - Suplementar: Projeto 1.01 - Serviços de Desenho e Produtos Graficos - 3.1.2.0 - Material de Consumo 700.000,00 - 3.2.4.0 - Juros 115.750,00 - 4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações 38.870,00 - Subtotal 854.620,00 - Projeto 1.04 - Início e/ou Prosseguimento de Estudos e Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social - 3.1.2.0 - Material de Consumo 190.000,00 - 3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais 590.000,00 - 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros 1.000.000,00 - 3.1.3.4 - Encargos Diversos 50.000,00 - 4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações 170.000,00 - Subtotal 2.000.000,00 - Total da Suplementação 2.854.620,00 - II - Financiar a suplementação com o seguinte incremento de Receita: a) Aumento da Receita Industrial 854.620,00 - b) Aumento do valor do Projeto - 1.04 - Início e/ou Prosseguimento de Estudos e Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social 2.000.000,00 - Total do Financiamento 2.854.620,00". Relator: Conselheiro JOSÉ WAGNER DO AMARAL. Nada mais havendo a tratar, às 10:20 (dez horas e vinte minutos) o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Conselheiros presentes.

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA; JOSÉ WAGNER DO AMARAL; LUIS CARLOS BOAVENTURA NEVES; LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; JURACI CANDEIA DE SOUZA; LAIS DA COSTA PARANHOS - Secretária

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 23/77 DE 13 DE JULHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

1. O item 3 da Portaria nº 150/75, de 17 de março de 1975, passa a ter a seguinte redação:

3. Não se inclui nas proibições a que se refere o item anterior:

a) os casos de afastamento decorrentes da próprias natureza do cargo, imposto pelo seu exercício;

b) a participação em órgãos de deliberação coletiva na forma prevista no Decreto nº 1.932, de 3 de janeiro de 1972;

c) os casos de designação fundamentados no parágrafo único do artigo 123 do Decreto- Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, na redação dada pelo Decreto- lei nº 900, de 29 de setembro de 1969;

d) o desempenho de atividades que, sem caráter de emprego, se destinem à difusão de idéias e conhecimentos;

e) a ministração eventual de aulas em estabelecimentos públicos ou particulares;

f) a participação eventual, sem caráter empregatícios, de seminários, conferências ou outros semelhantes;

g) o desempenho de atividades de instrutor no Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos que, sem caráter de emprego, se destinem ao recrutamento, seleção treinamento e aperfeiçoamento de servidores.

3.1 - Constitui requisito obrigatório, nos casos enumerados nas alíneas "d" e "e" deste item, que o exercício das atividades ocorra fora do expediente normal da repartição a que pertença o cargo em comissão e sem prejuízo do cumprimento da respectiva carga horária.

2. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 17.424/77
INTERESSADO: CELSO ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL

DECISÃO

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento".

Brasília, 07 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice- Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V.Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 11.907/77
INTERESSADO: WILMAR DAS CHAGAS FRANÇA
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Educacional do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento."

Brasília, 05 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice- Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro

ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Educacional do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 17.302/77
INTERESSADO: JOSÉ RIBAMAR MENDES OLIVEIRA
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento".

Brasília, 07 de junho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice- Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAUJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 15.342/77
INTERESSADO: JOSÉ DE CASTRO
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Educacional do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento".

Brasília, 07 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice- Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro

ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Educacional do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 18.684/77
INTERESSADO: MARILUCE BORBA GONÇALVES
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL

DECISÃO

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há Acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento".
Brasília, 07 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice- Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:
Encaminho à aprovação de V.Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº.: 505.447/77
INTERESSADO: JOAQUIM DA SILVEIRA MELLO
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento."
Brasília, 07 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice- Presidente

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

Senhor Secretário de Administração:

Encaminho à aprovação de V. Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 585.415/77
INTERESSADO: DORVALETA PEREIRA PINHO
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL

DECISÃO:

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento".
Brasília, 07 de julho de 1977
EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice- Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:
Encaminho à aprovação de V.Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe - se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 560.168/77
INTERESSADO: DOMINGAS PEREIRA DIAS DE SOUSA
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA

DECISÃO

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento".

Brasília, 05 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice - Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAUJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:
Encaminho à aprovação de V.Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe - se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 17.319/77
INTERESSADO: GUSTAVO DE ARANTES PEREIRA
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL

DECISÃO

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência do interessado e posterior arquivamento".

Brasília, 07 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente
JOSÉ WENCESLAU AMARAL
Vice - Presidente
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Membro
JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Membro
ANTONIO BATISTA DE ARAÚJO
Membro

Senhor Secretário de Administração:
Encaminho à aprovação de V.Exa. a presente Decisão, nos termos do artigo 20, do Regimento da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Brasília, 13 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe - se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.

Brasília, 13 de julho de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 560.140/77
INTERESSADO: MARIA STELA FREITAS MATOS
ASSUNTO: ACUMULAÇÃO DE CARGOS
RELATOR: JOSÉ WENCESLAU AMARAL

DECISÃO

O Plenário da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos, acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator, adota a seguinte Decisão:

"Não há acumulação a apreciar. Pelo encaminhamento do processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para ciência da interessada e posterior arquivamento".
Brasília, 07 de julho de 1977

EUCÁRIO GODINHO FILHO
Presidente

APROVO a Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos.

Encaminhe- se o presente processo à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, para as providências pertinentes.
Brasília, 15 de julho de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 004552/77
INTERESSADO: RAIMUNDO NONATO DE SOUZA
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECÊNIO

DESPACHO:

Nos termos do Regimento da Secretaria de Administração do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14.08.75, em combinação com os artigos 2º do Decreto nº 649, de 31 de agosto de 1.967, retifico o decênio que deu origem à concessão da LICENÇA ESPECIAL de 06 (seis) meses, publicada no DO - DF nº 108, de 08.06.77, pág. 06, a RAIMUNDO NONATO DE SOUZA, Agente Administrativo - Classe "B", Código SA - 401.3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerar o período de 14.01.60 a 20.02.70.

Brasília, DF, 08 de julho de 1977

JOSÉ MARIA RABELO PEREIRA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP - SEA

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE VANTAGENS

Atos do Chefe

AUXILIO DOENÇA - INDEFERIDOS

Proc : 017901/77
Nome: MELQUIADES ALVES DA SILVA
Mat.: 18.974
Cargo: Agente de Polícia - Classe B
Lot.: DID
Assunto: AUXILIO - DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118 - V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, não foram recomendadas em conseqüência de doença prevista no Artigo 104 da referida Lei.

Proc.: 009397/77
Nome: GUIDO JERONIMO DE ABREU
Mat. 00.450
Cargo: Feitor - Nível 05
Lot. SSP
Assunto: AUXILIO - DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118 - V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, não foram recomendadas em conseqüência de doença prevista no Artigo 104 da referida Lei.

Publique - se e arquive - se

Brasília, 08-/07/77

ALONSO FERREIRA DA SILVA
Seção de Processamento de Vantagens - DCFI - CSP
Chefe

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA - GDF

Proc.: 019461/77
Mat. 09.660
Nome: GONÇALO DA COSTA NETO
Lot. DID
Cargo: Apontador Fiscal- Nível 08
Assunto: AUXILIO- DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104 da refrida Lei, com períodos ininterruptos de: 31/03/75 a 31/03/77.

Proc.: 236.978/77
Nome: MANOEL JOSÉ DA SILVA
Mat. 01.432
Cargo: Trabalhador- Nível 01
Lot. RA VI
Assunto: AUXILIO- DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118V e 143, da

Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista na Artigo 104 da referida Lei, com períodos ininterruptos de: 01/07/75 a 01/07/77.

Publique- se e arquive- se
Em, 12/07/77

ALONSO FERREIRA DA SILVA
Seção de Processamento de Vantagens- DCFI- CSP
Chefe

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP- SEA- GDF

Despachos do Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro

AUXÍLIOS- DOENÇA- DEFERIDOS

Proc.: 019350/77
Mat. 13.832
Nome: WILSON BONIFÁCIO DA ROCHA
Lot. DID
Cargo: Agente de Portaria- Classe A
Assunto: AUXÍLIO- DOENÇA

Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104 da referida Lei, com períodos ininterruptos de: 14/09/74 a 14/09/76.

Proc.: 019387/77
Nome: ABILIO BELLO
Mat. 09.249
Cargo: Guarda Nível 08
Lot. DID
Assunto: AUXÍLIO- DOENÇA

Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "DEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104 da referida Lei, com períodos ininterruptos de: 23/04/72 a 23/04/73.

Publique- se e arquive- se
Em, 13/07/77

ALONSO FERREIRA DA SILVA
Seção de Processamento de Vantagens- DCFI- CSP
Chefe
ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro.
CSP- SEA- GDF

SEÇÃO DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Atos do Chefe

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CONCEDIDOS

DESPACHO: CONCEDO, nos termos do artigo 10, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, gratificação adicional por tempo de serviço, nos percentuais e a partir das datas mencionadas, aos funcionários a seguir relacionados:

MATR.	NOME	CÓDIGO	%	A PARTIR
00 008	Cornélio Gonçalves dos Santos	01	15	18.05.77
00 181	Francisco Rodrigues dos Santos	08	15	20.05.77
00 196	Antonio Rodrigues Alves	01	15	13.05.77
00 368	Alfredo Felix de Almeida	05	15	10.06.76
00 510	José Pereira de Oliviera	01	15	17.09.76
00 560	Manoel Teodoro da Cruz	01	15	27.05.77
00 636	Vicente Rodrigues de Souza	TP-602.2	15	23.11.76
00 806	Domingos Pereira Santos	01	15	30.05.77
00 851	Agenor Pereira Pinto	TP-602.2	15	17.05.77
00 940	Orlanda Rezende da Costa	SA-401.5	15	04.04.77
00 975	Kleber Franklim de Oliveira	SA-401.4	15	06.06.77
00 996	Jair Antonio Castro Amorim	08	15	13.06.77
01 015	Felipe Barjud Neto	SA-401.5	15	28.05.77
01 278	Antonio Rodrigues da Silva	TP-601.3	25	14.01.77
01 347	Nicolau Bonifácio	TP-601.5	15	07.05.77
01 373	Geraldo Sebastião da Silva	08	15	26.05.77
01 412	José de Oliveira Neto	01	15	14.05.77
01 419	Jesuino da Rocha Silva	TP-602.1	15	07.05.77
01 420	Justo P. da Silva	01	15	17.05.77
01 426	Luiz Neves Pereira	12	15	30.04.77
01 428	Manoel Alves de Abreu	TP-602.1	15	21.05.77
01 429	Miguel Alves da Silva	12	15	05.01.77
01 446	Onofre Soares	TP-602.1	15	01.06.77
01 475	Valdivino Martins de Souza	10	15	24.05.77
01 490	Alice de Paula Silveira	SA-401.6	15	27.04.77
01 496	Alicio de Souza Dias	01	15	10.05.77
01 500	Antonio Deci da Costa	05	15	27.04.77
01 504	Antonio Pedro da Silva	09	15	09.05.77
01510	Benerval Leite	TP-602.2	15	18.05.77
01 522	Dario Cardoso de Oliveira	08	15	28.05.77
01 529	Flóriano Beltrão da Silva	SA-401.5	15	28.05.77
01 547	Antenor Clementino de Araújo	01	15	29.12.76
01 570	Cícero Raposo de Oliveira	01	15	29.12.76
01 652	Maria Fernandes	01	15	08.10.76
01 661	José Rodrigues da Silva	03	15	12.10.76
01 672	Luciano Correia de Carvalho	01	15	25.05.77
01 712	Raimundo Pereira de Araújo	TP-602.4	15	27.10.76
01 751	Carlos de Souza Ladim	08	15	16.03.77
01 773	Herculano Lopes Guirra	08	15	25.10.76
01 776	Jerônimo Duarte	SA-401.5	15	14.01.77
01 808	Paulo Felix	08	15	14.11.76
01 939	Adolmar Liberato Barroso Pinheiro	14	15	19.05.77
02 037	Flávio Silva Palma Lima	TAF-303.3	15	11.06.77
02 062	Glauco Alves Lacerda	14	20	17.03.77
02 065	Herbert Castelo Branco Uchoa	16	15	22.06.77
02 363	Antonio Barbosa da Silva	01	15	30.05.77
02 364	Antonio Barros Brasileiro	01	15	29.01.77
02 398	Antonio Anes da Silva	TP-602.2	15	24.02.77
02 406	Antonio Souza Rezende	01	15	09.05.77
02 425	Benedito Egídio da Silva	01	15	24.11.77
02 569	Gonçalo Gomes da Silva	01	15	22.08.76
02 570	Heleno Francisco Pires	01	15	04.04.77
02 611	João Joaquim da Silva	06	15	28.05.77
02 791	Luiz de Gonzaga Santos	09	15	03.02.77
02 866	Osmar Barros Barata	SA-401.6	15	21.04.77
02 921	Sebastião Fernandes da Silva	01	15	14.02.77
03 118	Maria Auxiliadora Passos do Carmo	16	25	16.04.77
03 705	Aguinaldo de Campos Netto	NS-718.4	15	21.05.76
03 942	Genildes Ribeiro Brito	SA-401.2	15	21.03.77
04 357	Rubens Batista de Oliveira	19	15	27.06.77
04 470	Célia Lobo	SA-401.6	25	15.06.76
04 817	Déa Valentim Fernandes Bernardo	19	20	07.07.76
04 902	Eloya Andrade dos Santos	SA-401.6	15	10.05.77
05 201	Luiza Salustiano Pereira	15	15	22.06.77
05 475	Ortício Bento Borges	08	15	28.12.76
05 567	Sotero Cavalcante Filho	16	15	14.02.77
05 919	Iclêa Gonçalves	SA-401.5	15	04.05.77
05 941	Dirce de Souza	13	15	29.05.77
06 549	Eunice Nogueira Veloso	TAF-303.2	15	03.07.76
06 712	Humberto Gomes de Barros	SJ-901.3	15	15.06.77
08 004	José Maria Frechiani	SA-401.3	10	06.02.77
08 171	Cezar Gonçalves Filho	19	30	23.06.77
08 670	Amélia Maria Correa de Paula	13	10	16.04.77
08 888	Antonio Mardônio Ribeiro	07	10	30.01.77
09 082	Marcelo Augusto Varela	20	20	27.04.77
09 191	Redelvino Pinto de Araújo	TP-0601.5	20	05.06.77
09 305	Celina Lamounier D'Alessandro	19	15	28.10.74
09 465	José Gonçalo da Silva	10	15	23.11.75
09 718	Raimundo Martins de Figueiredo	SA-401.5	20	23.01.77
09 954	Antonio Pereira dos Santos	10	20	16.012.76
10 193	Leo Sebastião David	NS-715.4	05	18.05.76
10 803	Antenor Ferreira dos Santos	05	15	03.01.77
10 983	Raimundo Paulino de Lima	05	15	06.03.77
11 032	José Vieira de Paiva	SA-401.6	20	23.05.77
11 047	José Machado Sobrinho	TP-602.4	20	29.06.77
11 808	Joenes Paulo Enes	13	25	11.06.77
11 923	Antonio Miguel da Silva	03	15	08.06.75
12 110	Miguel Pereira da Silva	05	15	25.06.77
12 226	Antonio Lopes de Souza	03	15	02.03.76
12 572	Laires de Oliveira Zaidan	SA-401.5	15	19.06.77
12 662	Deusdedith Menezes Magalhães	SA-401.5	15	31.05.77
13 234	João Rodrigues Ferreira	TP-602.4	15	25.05.76
13 302	Maria Amélia de Oliveira	07	15	25.03.77
13 329	Benedito Tibério Lima	TP-601.5	15	11.08.73
13 483	William Alves Batista	14-B	15	20.10.76
13 483	Antonio Batista de Castro	SA-401.4	20	30.06.77
13 807	Cleomar Azevedo de Oliveira	08	15	03.04.77
13 841	Compertino Rodrigues Barbosa	14	15	22.12.76
14 390	Elizabelti Casagrande	NS-718.6	15	27.06.77
14 457	Huguete Araújo Lima	SA-401.5	15	19.04.77
14 467	Alexandre Pereira de Moraes	08	15	22.06.77
14 512	José Francisco de Andrade	08	15	17.04.77
14 580	José Mendonça Neto	09-B	15	26.06.77
14 660	Francisco Ferreira dos Santos	12	20	23.03.77
14 681	Jaime Freitas Ferreira	17	15	13.06.77
14 840	Odinete da Silveira Santana	NS-710.6	20	27.06.77
16 073	Lindolfo Peres Braga	SA-401.6	30	01.02.77
16 147	Antonio Joaquim Alves da Cunha	SA-401.4	25	10.05.77
16 216	Pedro de Jesus Ferreira da Silva	SA-401.6	20	27.06.77
16 374	José Antonio de Paiva	08	15	01.01.77
16 439	Pedro Alves de Moura	09	15	09.05.77
16 650	Augusto Luiz da Silva	TP-602.2	15	20.12.74
16 959	Nazareno Vieira	13	15	06.10.75
17 199	Francisco Ferreira Lima	01	15	28.06.76
17 257	João Alves da Costa	01	15	13.04.77
17 284	João Rodrigues da Silva	01	15	28.06.76
17 471	Moacir A. Machado	05	15	09.07.76
17 568	Valdivino Ribeiro Neto	01	15	01.02.77
15 418	Sebastião Alves de Mendonça	TP-602.4	20	19.04.77
15 658	Oto Rodrigues	14	14	25.06.77
18 989	Ibiram Roriz	TAF-303.2	05	01.07.77

Fls.03

Francisco Muniz Junior
Chefe da Seção de Contagem de Tempo de Serviço
DCFI - CSP - GDF
Substituto

Brasília, 11 de julho de 1977

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

ATOS DO COORDENADOR

PROCESSO Nº: 017.731/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - SEG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 10, diretamente da firma ALFA BETA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., no valor de Cr$ 840,00 (oitocentos e quarenta cruzeiros).

Em 27 de junho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS

Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 018.044/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma ASTEL LTDA., no valor de Cr$ 1.507,20 (um mil, quinhentos e sete cruzeiros e vinte centavos).

Em 28 de junho de 1977

FRANCISCO DE FREITAS

Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 015.744/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - SEA
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso I, alínea "e", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 11, diretamente da firma FORD BRASIL S.A., no valor de Cr$ 128.680,00 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta cruzeiros).

Em 28 de junho de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 019.329/77
INTERESSADO: COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SEA- DF
ASSUNTO: SUSPENSÃO DE INSCRIÇÃO DE FIRMAS NO REGISTRO CADASTRAL DE HABILITAÇÃO DE FIRMAS DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL - SEA- DF.

DESPACHO: O COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL- SEA- DF, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão da Comissão de Licitação prolatada em sua 1.646ª. sessão, de 28.06.77 e ainda o que consta do presente processo RESOLVE:

. 1) SUSPENDER, "ad referendum" do Senhor Secretário de Administração, por prazo indeterminado, até que sejam apuradas judicialmente as adulterações dos documentos de fls. 126 e 128 do processo número 103.674/77 - constatadas pela referida Comissão de Licitação e confirmadas pela Secretaria de Finanças - as inscrições no Registro Cadastral de Habilitação de Firmas - CSM - SEA, das seguintes firmas:

- DICIL DISTRIBUIDORA MATERIAL CIENTIFICO LTDA., cadastrada no RCHF sob nº 1.483, com certificado expedido sob nº 429/77.
- DIMAC DISTRIBUIDORA DE MATERIAL CIENTIFICO LTDA., cadastrada no RCHF sob nº 1.077, com certificado vencido em 28.06.77.

2) - Em consequência, tornar sem efeito o certificado nº 429/77, em poder da primeira.

3) - Anote- se no RCHF e publique- se.
Em, 13 de julho de 1977
FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

De acordo:
Em, 13/07/77
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Processo nº: 17574/77
Interessado: Comercial Tipogresso Estrela Ltda.
Assunto: Prorrogação de prazo para entrega de material
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições le-

gais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, Decide pelo indeferimento do pedido de prorrogação de prazo de entrega de material que trata a NE. nº 350/77 - DPC.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras para as providências pertinentes.

Em 30 de junho de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 018398/77
Interessado: Coordenação doSistema de Material - SEA
Assunto: Aquisição de material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: Convite nº 96/77 - SPC - DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE:

1. Desclassificar as propostas obtidas para o ítem 2º e prejudicar o mesmo.

2. Adjudicar o fornecimento do material de que trata o ítem 1º à firma MADEIREIRA CENTRAL LTDA.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.

Em 30 de junho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 017080/77
Interessado: Secretaria de Serviços Sociais
Assunto: Aquisição de material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite nº 93/77 - SPC - DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE pela revogação do presente Convite.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras para as providências pertinentes.

Em 30 de junho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO

Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 019050/77
Interessado: Pneus Brasil Ltda.
Assunto: Inclusão de Grupo
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE pelo deferimento do pedido formulado pela requerente.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 05 de julho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA

Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 18.431/77
Interessado: Indústria Química e Farmacêutica Schering S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no Registro Cadastral de Habilitação de Firmas do Governo do Distrito Federal
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 05 de julho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 18.583/77
Interessado: SÓ FRANGO COMERCIAL LTDA.
Assunto: Renovação de inscrição no Registro Cadastral de Habilitação de Firmas do Governo do Distrito Federal
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 05 de julho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 019135/77
Interessado: SLAVIERO COMERCIAL S.A.
Assunto: Prorrogação de prazo para entrega de material
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras para as providências pertinentes.

Em 05 de julho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 019188/77
Interessado: RYFAX COMÉRCIO DE MÁQUINAS E ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.
Assunto: Renovação de inscrição no Registro Cadastral de Habilitação de Firmas do Governo do Distrito Federal
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, DECIDE pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo - se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos GMC - 02, 05, 19, 20 e 22; GEI - 01 e 09 e GMP - 02 e 16.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 05 de julho de 1977.

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

Processo nº: 42407/67
Interessado: Móveis de Aço Fiel S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 05 de julho de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY
Membro

DIVISÃO DE COMPRAS

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 17.981/77
INTERESSADO: PAPELARIA ASA SUL COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, aplico à firma PAPELARIA ASA SUL COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA., a multa de Cr$ 148,50 (CENTO E QUARENTA E OITO CRUZEIROS E CINQUENTA CENTAVOS), pelo atraso de 30 (trinta) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 568/76 - DPC, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) CONVITE, nº 133/76 - DC, de que participou.

Publique - se, dê -se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe - se à Divisão de Liquidação.

Em 22 de junho de 1977.

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras
CSM - SEA.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 11 DE JULHO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada no Processo nº 008848/76 - GDF,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, a Gratificação pela Representação de Gabinete à funcionária NELMA FERREIRA DAS GRAÇAS NEVES, inscrição nº 86.576, Assessor, no valor de Cr$ 1.500,00.

Distrito Federal, 11 de julho de 1977.

WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE 1º DE JULHO DE 1977.

O DIRETOR- EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os Estatutos da Entidade, e tendo em vista o que consta do processo nº 429790/77- FEDF,

RESOLVE:

Designar CASSIANO NUNES BARBOSA, Técnico de Educação, inscrição nº. 84.678, contratado da FEDF, para integrar a Diretoria da Caixa Beneficente dos Servidores da Fundação Educacional, como Diretor Administrativo, em substituição ao servidor MILTON GALDINO DA CUNHA, inscrição nº 84. 880 e matrícula nº 02202, a partir do dia 06/06/77.

Brasília- DF, 1º de julho de 1977.
EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS
Diretor- Executivo da Fundação Educacional

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA - TERRACAP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO

Sessão nº: 273

Decisão nº: 2.114
Processo nº: 689.392/77
Referência: DIRETORIA COMERCIAL

DECISÃO:

O Conselho, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) aprovar o sistema para elaboração dos laudos de Avaliação para imóveis de propriedade da TERRACAP; e b) aprovar os critérios para se fixar o valor final dos lotes, constantes de fls. 1/5 e devidamente rubricados.
Relator: Conselheiro FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA

ARMANDO COLAVOLPE
Presidente
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
JULIO CESAR DE ROSE
Membro
DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
FRANCISCO LEOCADIO ARAUJO PINTO
Membro
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro
JÚLIO CÉSAR DE ROSE
Membro

Sessão nº.: 275
Decisão nº.: 2.116
Processo nº.: 690.871/77
Referência: SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

DECISÃO:

O Conselho, com o voto do relator, RESOLVE: a) designar os Conselheiros FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA e JÚLIO CÉSAR DE ROSE, para participarem de um Seminário de Conselhos de Administração, a se realizar nos dias 07 e 08 de Julho do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, devendo as despesas com inscrições, passagens e hospedagens, correrem por conta desta Companhia.

Relator: Conselheiro ARMANDO COLAVOLPE
ARMANDO COLAVOLPE
Presidente

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro
FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro
DARIO DÉLIO CARDOSO
Membro
FRANCISCO LEOCÁDIO ARAÚJO PINTO
Membro

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

Atos do superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 87/77- AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 2.900, de 19 de maio de 1975, Artigo 17, Inciso II, e com base na Ordem de Serviço nº 059/75-AERB, artigo 11,

RESOLVE:

Advertir a Viação Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda., permissionária do Guichê 3.14, da Estação Rodoviária de Brasília, por infração ao supra- citado artigo do Regulamento Geral da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, concedendo- lhe, ainda, o prazo de quinze (15) dias, contados a partir da lavratura do Auto de Infração, para dar integral cumprimento ao disposto naquele diploma.

Brasília, 13 de julho de 1977

MARCILIO MARQUES BOTTI
Superintendente

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" de 05 de julho de 1977.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTONOMO DE LIMPEZA URBANA da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI, artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976,

RESOLVE

1. APROVEITAR, a partir desta data, no emprego de MOTORISTA "C", EP-09 o empregado ANTONIO BASILIO SANTANA, Motorista "A", EP-07, matrícula nº 74.761, da TEP/-SLU.

2. DECLARAR VAGO 1 (um) emprego de motorista "A", EP-07, em razão do aproveitamento de que trata esta Ordem de Serviço.

Brasília, 05 de julho de 1.977.

PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Superintendente

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 22 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com FRANCISCO FELIX DE ARAÚJO, Mec. Mot. a Gasolina EP/09, matrícula 75.471 da TEP/SLU.

Brasília, 22 de junho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 17 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de outubro de 1976, e ainda o constante do processo nº 336.245/77.

RESOLVE:

RESCINDIR, a partir desta data de acordo com o art. 487 da CLT, o contrato de trabalho com EDILSON BATISTA DE ARAÚJO, Motorista EP/09, matrícula 75.267 da TEP/SLU.

Brasília, 17 de junho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 13 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço 14/76-SLU, de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com ALZIRO FRANCISCO DE SOUZA, Gari EP/03, matrícula 75.118 da TEP/SLU.

Brasília, 13 de junho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 14 DE MAIO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de outubro de 1976, e ainda o constante do processo nº 336.606/77.

RESOLVE:

RESCINDIR, a partir desta data de acordo com o art. 482 letra "i" da CLT, o contrato de trabalho com MILTON FERREIRA BATISTA, Gari EP/03 matrícula 75.240 da TEP- SLU.

Brasília, 14 de maio de 1977

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 28 DE MAIO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data, o contrato de trabalho com JOAQUIM SIMÕES DA SILVA, Gari EP/03, matrícula 75.050 da TEP/SLU.

Brasília, 28 de maio de 1977

JOSÉ ROBERTO GOES PINTO
Divisão de Administração Geral
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 04 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº14/76-SLU, de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com GABRIEL BARROS NOGUEIRA, Gari, EP/03, matrícula 73.947 da TEP/SLU.

Brasília, 04 de junho de 1977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 07 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76- SLU, de outubro de 1976, e ainda o constante do processo nº 336.139/77.

RESOLVE:

RESCINDIR, a partir desta data de acordo com art. 487 da CLT, o contrato de trabalho com GERALDO LUIZ, Auxiliar de Administração matrícula 70.318 da TEP/SLU.

Brasília, 07 de junho de 1977

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor- Substituto

ORDEM DE SERVIÇO "DAG", DE 08 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data, o contrato de trabalho com JOÃO MARTINS DA COSTA, Motorista EP/07, matrícula 74.254 da TEP/SLU.

Brasília, 08 de junho de 1977

JOSÉ ROBERTO GOES PINTO
Divisão de Administração Geral
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DAG, DE 29 DE MAIO DE 1977

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretária de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de que trata a Ordem de Serviço nº. 14/76 - SLU, de 14 de outubro de 1.976,

RESOLVE:

RESCINDIR, A PEDIDO, a partir desta data o contrato de trabalho com SALVIANO BARBOSA DA CRUZ, Gari EP/03, matrícula 75.221 da TEP/SLU.

Brasília, 29 de maio de 1.977
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor - Substituto

Processo nº 336.720/77
Interessado; CHAVEIRO UNIVERSAL-GERALDO BRANQUINHO
Assunto; Aplicação de multa

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL

Face ao pronunciamento da Seção de Material e no uso das atribuições que me são conferidas pela Ordem de Serviço "SLU" nº 16/76, de 12 de novembro de 1 976 aplico a firma CHAVEIRO UNIVERSAL-GERALDO BRANQUINHO, a multa de Cr$ 44,16 (quarenta e quatro cruzeiros e dezesseis centavos) pelo atraso de 04 (quatro) dias na entrega do material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 220/77-SLU, de acordo com as condições estabelecidas para realização da consulta nº 082/77 de que participou.

..Publique-se e encaminhe à Seção de contabilidade deste SLU.

Brasília, 07 de julho de 1977

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor-Substituto

Ordem de Serviço "DAG", de 27 dejunho de 1977.

O DIRETOR DA DIVISAO DE ADMINISTRAÇAO GERAL do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do *Distrito Federal, no uso das atribuições regimentais* e tendo em vista a delegação de competência de que trata a Ordem de Serviço nº 14/76-SLU, de 14 de outubro de 1976,

RESOLVE;

RESCINDIR, POR APOSENTADORIA, a partir desta data, o contrato de trabalho com ALEXANDRINO GABRIEL DE OLIVEIRA, Trabalhador EP/01, matrícula 70.033 da TEP/SLU.

Brasília, 27 de junho de 1 977.

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração Geral
Diretor-Substituto

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº "P" 95 DE 08 DE JULHO DE 1977

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o item V, do artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Revogar a Instrução de Serviço Nº "P" 65 de 04/05/1977, que designou o Engenheiro Florestal MARCELO XAVIER, Chefe do Serviço de Produção Florestal, matrícula 92719- FZ, para responder pela Chefia do Departamento de Recursos Naturais.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

SESSÃO DE 15 DE JUNHO DE 1977
PROCESSO Nº: 622716/77 - FZ
INTERESSADO: DEPARTAMENTO FINANCEIRO - FZ
ASSUNTO: Submete a apreciação do Conselho Deliberativo a alteração do Orçamento Sintético da FZDF.
RELATOR: JOSÉ PASSOS PORTO
RESOLUÇÃO Nº 159

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 226ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o item II, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

a) aprovar a alteração do Orçamento Sintético da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, na forma apresentada pelo Departamento Financeiro; e,

b) submeter a aprovação de sua Excelência o Senhor Governador nos termos do art. 27 do Decreto nº 3.537, por se tratar de incorporação de Superavit Financeiro, enquadrando- se na alínea "C" inciso I, artigo 28 do referido Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº: 4486/74 - FZ
Interessado: OSAIR ANTONIO ENEIAS
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 02, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 179

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JAYME LEIRO VILAN;

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 02, do Núcleo Rural do Rio Preto, ao Sr. OSAIR ANTONIO ENEIAS, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977
Processo nº: 5557/76 - FZ.
Interessado: ESTER DE SENA BONFIM COUTINHO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 52, da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau.

Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 180

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o ítem IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuïdas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando que a requerente é arrendatária do lote nº 76, do mesmo Núcleo e que o mesmo já está totalmente explorado;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando finalmente, o parecer do Senhor Relator do prócesso, Conselheiro JAYME LEIRO VILAN;

RESOLVE:

a) tornar sem efeito o ítem "b" da Resolução nº 119, de 30 de junho de 1976, deste Colegiado;
b) autorizar o arrendamento do lote nº 52 da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau à Sra. ESTER DE SENA BONFIM COUTINHO, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº: 5116/72 - FZ.
Interessado: ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 37 - A, do Núcleo Hortícula Suburbano Vargem Bonita.

Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 181

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o ítem IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuïdas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JAYME LEIRO VILAN;

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 37 - A do Núcleo Hortícula Suburbano Vargem Bonita ao Sr. ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº: 4567/76 - FZ.
Interessado: YOKO MAE SUGIMOTO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 148, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 182

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o ítem IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

onsiderando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuïdas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JAYME LEIRO VILAN;

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 148, do Núcleo Rural do Rio Preto, a Senhora YOKO MAE SUGIMOTO, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº: 6801/76 - FZ.
Interessado: CLODOMIRO ALVES MACHADO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 65, do Núcleo Rural de Taguatinga.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 183

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o ítem IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuïdas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JAYME LEIRO VILAN;

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 65, do Núcleo Rural de Taguatinga, ao Sr. CLODOMIRO ALVES MACHADO, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sesão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 620280/77 - FZ
Interessado: AMARILIO ROCHA SANTOS
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 9- A do Núcleo Rural de Santa Maria.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO

RESOLUÇÃO Nº. 185

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extesnão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO;

..RESOLVE:

a) Autorizar o arrendamento do lote nº. 9- A do Núcleo Rural de Santa Maria ao Sr. AMARILIO ROCHA SANTOS, nos termos do Decreto nº. 2.739/74;

b) recomendar a FZDF o acompanhamento permanente da execução do projeto.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro
RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro
UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 4427/71 - FZ
Interessado: BALDUINO MATEUS RIBEIRO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 10, do Núcleo Rural do Riacho das Pedras
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO

RESOLUÇÃO Nº. 186

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto; e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO;

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 10, do Núcleo Rural Riacho das Pedras, ao Sr. BALDUINO MATEUS RIBEIRO, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 1053/77 - FZ
Interessado: JOSÉ AIRTON DE ANDRADE BONFIM
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 23, do Núcleo Rural de Tabatinga.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO

RESOLUÇÃO Nº. 187

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto; e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO;

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 23, do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. JOSÉ AYRTON DE ANDRADE BONFIM, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sesão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 5165/76 - FZ
Interessado: VERA LUCIA FRANÇA VIANA
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº. 66, da Colônia Agrícola Estanislau.

Relator: JOSÉ PASSOS PORTO

RESOLUÇÃO Nº. 188

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o ítem IX, do artigo 18 do Estatuto; e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada Pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro JOSÉ PASSOS PORTO;

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº. 66, da Colônia Agrícola Estanislau, a Sra. VERA LUCIA FRANÇA VIANA, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 6006/70- FZ
Interessado: DEPARTAMENTO DE TERRAS RURAIS - FZ
Assunto: Propõe a rescisão do Contrato de Arrendamento firmado entre a NOVACAP e o Sr. LEVY ALVIN PEREIRA.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO.

RESOLUÇÃO Nº. 189

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. Sessão Ordinária e usando da competência

que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

a) Declarar rescindido o Contrato de fls. 202/213 deste processo, referente ao arrendamento de uma área de 57 hectares e 80 ares localizada na Fazenda Lage ou Giboia, firmado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e o Sr. LEVY ALVIN PEREIRA;

b) Determinar ao Departamento de Terras Rurais que notifique ao Sr. LEVY ALVIN PEREIRA dos termos desta Resolução através de ofício ou jornal.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 4172/74- fz
Interessado: PROCURADORIA JURIDICA - FZDF
Assunto: Propõe a baixa contábil no valor de Cr$ 543,00, correspondente a multa aplicada à firma PROQUILABOR S/A.
Relator: JOSÉ PASSOS PORTO

RESOLUÇÃO Nº. 190

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

a) Autorizar o cancelamento do saldo devedor da multa aplicada à firma PROQUILABOR S/A, no valor de Cr$ 543,00 (quinhentos e quarenta e três cruzeiros), bem como dispensar a cobrança judicial da referida importância, com base no Decreto nº. 2718 de 27.09.74;

b) Autorizar a baixa contábio do débito acima referido; e,

c) Declarar inidônea a firma PROQUILABOR S/A para licitar com a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 623275/77- FZ
Interessado: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO- FZ
Assunto: Propõe alteração na Tabela de Empregos Permanentes da FZDF.
Relator: ADALBERTO BRANDÃO VENTURA

RESOLUÇÃO Nº. 197

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando as necessidades da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, quanto ao ajustamento e complementação de seu quadro de pessoal;

Considerando que, a alteração proposta não acarretará aumento de despesas na Tabela de Empregos Permanentes - TEP;

RESOLVE:

a) Aprovar a alteração na Tabela de Empregos Permanentes da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, de acordo com a proposta do Chefe do Departamento Administrativo, às peças 02 deste processo; e,

b) Submeter a presente Resolução à homologação de sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do artigo 7º., parágrafo único do Decreto nº. 1.890 de 21 de dezembro de 1971.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

TEP-TABELA DE EMPREGOS PERMANENTES

ALTERAÇÕES PROPOSTAS

A N E X O I

DENOMINAÇÃO	Nº DE EMPREGO		DESPESA MENSAL	
	ATUAL	PROPOSTO	ATUAL	PROPOSTA
1-ENGENHEIRO CIVIL	02	01	20.280,	10.140,
2-ARQUITETO	01	02	10.140,	20.280,
TOTAIS	03	03	30.420,	30.420,

Brasília-DF.,29 de junho de 1977

Fundação Zoobotânica D.F.
Depto. Administrativo

Paulo Roberto Soares
Chefe

Sessão de 30 de junho de 1977
Processo nº.: 5712/76- FZ
Interessado: JORGE ANTONIO CAVALCANTE DA SILVA
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 25, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº. 199

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a cessão de direitos de fls. 9, 10 e 20 e declaração de anuência de fls. 63;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS;

RESOLVE:

a) Declarar rescindido o Contrato de fls. 14/17 referente ao arrendamento do lote nº. 25, do Núcleo Rural do Rio Preto, celebrado entre a FZDF e o Sr. FRANCISCO PILOMIA DE SOUZA JUNIOR; e,

b) Autorizar a lavratura de novo Contrato de arrendamento, do mesmo lote, com o Sr. JORGE ANTONIO CAVALCANTE DA SILVA, nos termos do artigo 19, do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977
Processo nº.: 4129/75- FZ
Interessado: ELISA SILVA SIMÕES
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 97, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº. 200

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a cessão de direitos de fls.25/27 e declaração de anuência de fls. 31;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS;

RESOLVE:

a) Declarar rescindido o Contrato de fls. 18/21 referente ao arrendamento do lote nº. 97, do Núcleo Rural do Rio Preto, celebrado entre a NOVACAP e o Sr. NICOLAU NEME SALIBA; e,

b) Autorizar a lavratura de novo Contrato de arrendamento, do mesmo lote, com a Sra. ELISA SILVA SIMÕES, nos termos do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº.: 0947/76- FZ
Interessado: ODACI MONTENEGRO REGIS
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº. 96, do Núcleo Rural de Tabatinga.
Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS.

..RESOLUÇÃO Nº. 201

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª. SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

Considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº. 2.739, de 16 de outubro de 1974;

Considerando a cessão de direitos de fls. 10 e declaração de anuência de fls. 78;

Considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

Considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS;

RESOLVE:

a) Declarar rescindido o Contrato de fls. 13/19 referente ao arrendamento do lote nº. 96 do Núcleo Rural de Tabatinga, celebrado entre a NOVACAP e o Sr. JOSÉ ALVES DE JESUS; e,

b) Autorizar a lavratura de novo Contrato de arrendamento, do mesmo lote, com a Sra. ODACI MONTENEGRO REGIS, nos termos do artigo 19, do Decreto nº. 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAUJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977
Processo nº: 3080/76 - FZ.
Interessado: FELIPPE WILSON CARDELINO
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote Nº 57, do Núcleo Rural de Tabatinga.
Relator: RUY DE ARAÚJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 202

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a cessão de direitos de fls. 9 e declaração de anuência de fls. 23;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro RUY DE ARAÚJO CALDAS;

RESOLVE:

a) declarar rescindido o Contrato de fls. 14/18 referente ao arrendamento do lote nº 57, do Núcleo Rural de Tabatinga, celebrado entre a NOVACAP e a Srª. JOYCE DIVINA FERREIRA; e,

b) autorizar a lavratura de novo Contrato de arrendamento, do mesmo lote, com o Sr. FELIPPE WILSON CARDELINO, nos termos do artigo 19, do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAÚJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977
Processo nº: 622899/77 - FZ.
Interessado: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DELIBERATIVO - FZ.
Assunto: Submete ao "referendum" do Conselho Deliberativo a Resolução nº 154/77.
Relator: RUY DE ARAÚJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 203

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

a)referendar a Resolução nº 154, de 06 de junho de 1977, do Senhor Presidente, que autorizou o afastamento do Engenheiro Florestal ROBERTO MASSATO NAKAMURA, matrícula 92.845 - FZ., pelo período de 13 de junho a 15 de julho do corrente exercício, para participar do Curso de Administração de Projetos Florestais, na cidade de Florianópolis - Santa Catarina; e,

b) submeter a presente Resolução à homologação do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAÚJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº: 621129/77 - FZ.
Interessado: MARIA MARCIA PINHEIRO MANZAN
Assunto: Solicita autorização para ser dispensada da cobrança do débito no valor de Cr$ 1.042,55.
Relator: RUY DE ARAÚJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 204

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª Sessão

Ordinária e usando da competência que lhe confere o item XIX, do artigo 18 do Estatuto,

RESOLVE:

Isentar a Senhora MARIA MARCIA PINHEIRO MANZAN do pagamento do débito no valor de Cr$ 1.042,55 (hum mil e quarenta e dois cruzeiros e cinquenta e cinco centavos) correspondente a taxa de arrendamento do Bar - Lanchonete pertencente a FZDF, localizado na FEPAN, conforme cláusula terceira do instrumento de rescisão contratual às peças 20/21 deste processo.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAÚJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977
Processo nº: 5853/76 - FZ
Interessado: EDSON GUALBERTO VASCONCELOS
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº 112, da Colônia Agrícola de Ponte Alta.
Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO

RESOLUÇÃO Nº 205

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;
considerando a cessão de direitos de fls. 10 e declaração de anuência de fls. 50;
considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manisfestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;
considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,
considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO,

RESOLVE:

a) declarar rescindido o Contrato de fls. 14/18, referente ao arrendamento do lote nº 112, da Colônia Agrícola de Ponte Alta, celebrado entre a FZDF e o Sr. NEWTON FARIA DA SILVA; e,
b) autorizar a lavratura de novo Contrato de arrendamento, do mesmo lote, com o Sr. EDSON GUALBERTO VASCONCELOS, nos termos do artigo 19, do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAÚJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977.
Processo nº: 6516/76 - FZ.
Interessado: JOSÉ LUIZ LEAL DOS SANTOS
Assunto: Requequer o arrendamento do lote nº 44, do Núcleo Hortícula Suburbano Vargem Bonita.

Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO

RESOLUÇÃO Nº 206

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 227ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto; e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

condiderando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

condiderando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO;

RESOLVE:

autorizar o arrendamento do lote nº 44, do Núcleo Hortícula Suburbano Vargem Bonita ao Sr. JOSÉ LUIZ LEAL DOS SANTOS, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAÚJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

Sessão de 30 de junho de 1977

Processo nº: 2557/75 - FZ.
Interessado: MARCO AURÉLIO DA SILVA
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 72 da Colônia Agrícola Ponte Alta.
Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO

RESOLUÇÃO Nº 207

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 277ª SESSÃO ORDINÁRIA e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto; e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;
considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,
considerando, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO;

RESOLVE:

autorizar o arrendamento do lote nº 72, da Colônia Agrícola Ponte Alta, ao Sr. MARCO AURÉLIO DA SILVA, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Presidente

JOSÉ PASSOS PORTO
Conselheiro

RUY DE ARAÚJO CALDAS
Conselheiro

JAYME LEIRO VILAN
Conselheiro

UMBERTO MANCEBO DE ARAÚJO
Conselheiro

ADALBERTO BRANDÃO VENTURA
Conselheiro

JARDIM ZOOLÓGICO

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 10 DE 04 DE JULHO DE 1977

O CHEFE DO JARDIM ZOOLÓGICO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 2º. da Instrução de Serviço "N" 05 de 15 de Junho de 1977.

RESOLVE:

Suspender por 5 (cinco) dias, a partir desta data, o servidor INÁCIO SEMANI, Guarda, matrícula - 90398 - FZ, por negligência no cumprimento de suas obrigações.

FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA D.F.
Jardim Zoológico
MÉD. VET. FERNANDO LEYRA TEIXEIRA
Chefe

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 106, DE 13 DE JULHO DE 1.977.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Resolução nº 3, de 19 de fevereiro de 1.976, e tendo em vista o constante do Processo nº 1608/77,

RESOLVE:

Designar, a partir do dia 04 próximo passado, a Servente, da Tabela de Empregos Temporários desta Corte, MARIA AUXILIADORA DE ARAUJO FERREIRA, para exercer, em substituição, o encargo de Atendente II, da Tabela de Encargos de Representação de Gabinete, aprovada pela Resolução nº 3, de 19 de fevereiro de 1.976, com lotação na 1ª Inspetoria - Seccional, da Inspetoria Geral de Controle Externo, atribuindo - lhe a gratificação pela representação de gabinete a que se refere a mesma Resolução, durante o atual afastamento do titular, Manoel Carneiro dos Santos, por motivo de férias.

Brasília - DF., em 13 de julho de 1.977.

HERACLIO ASSIS DE SALLES
Presidente

PORTARIA Nº 107, DE 14 DE JULHO DE 1.977.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do concurso público para provimento de cargos vagos na classe inicial da Categoria Funcional de Auxiliar de Controle Externo, homologado em 06 do mês em curso, e de conformidade com o decidido pelo Tribunal em sua 1539ª Sessão Ordinária, realizada a 17 de fevereiro do corrente ano, conforme consta do Processo nº 232/77,

RESOLVE:

NOMEAR, em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, para o quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1952, combinado com os artigos 51 e 63 do Decreto - lei nº 274, de 28 de fevereiro de 1967, em vagas decorrentes de progressão e vacância na Categoria Funcional de Auxiliar de Controle Externo, para exercerem o cargo de Auxiliar de Controle Externo "A", código TCDF-CE-012.1, Referência 29:

1) FAUSTO JUSTOSA NETO, classificado em 1º lugar no referido concurso público;
2) MARIA TERESA CARDOSO, classificada em 2º lugar no referido concurso público;
3) ROSICLER PIMENTEL DE SOUZA, classificado em 3º lugar no referido concurso público;
4) IOLANDA SMARZARO MONTEIRO, classificada em 4º lugar no referido concurso público;
5) JOANNY BOUCHARDET, classificado em 5º lugar no referido concurso público;
6) JÚLIA MARIA TEODORO, classificada em 6º lugar no referido concurso público;
7) JOSÉ ANTONIO PEREIRA, classificado em 7º lugar no referido concurso público.

Brasília - DF., 14 de julho de 1977.

HERACLIO ASSIS DE SALLES
Presidente

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE FINANÇAS E A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, DE 02 (DUAS) LOJAS, SITUADAS NA GALERIA DOS ESTADOS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 29 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete do Secretário de Finanças, presentes de um lado o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, Economista, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Finanças do Distrito Federal, conforme delegação de competência do Governador expressamente exarada no Processo nº 052426/77, e do outro, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA, Empresa Pública, com sede no Setor de Autarquias Sul (SAU/S) Q. 06, Lote 04, Bl. "L", Edifício ASCB, em Brasília, Distrito Federal, doravante denominada simplesmente TERRACAP, no ato representada por seu Diretor Superintendente, Engenheiro ARMANDO COLAVOLPE e por seu Diretor Imobiliário, Arquiteto JOÃO ALCIDES HOMAR, brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, resolvem firmar o presente Contrato de Locação, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - A TERRACAP, por este instrumento dá em locação ao Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, as lojas nºs 57 e 59, da Galeria dos Estados, que funcionarão como unidade de atendimento e orientação de contribuintes de ICM, ISS, IPTU e de informações gerais sobre atividades setoriais e rurais, pertinentes à Secretaria de Finanças. CLÁUSULA SEGUNDA - O Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, obriga - se a pagar à TERRACAP, a título de aluguel dos imóveis, objeto deste contrato, a importância de Cr$ 3.800,00 (três mil e oitocentos cruzeiros) mensais até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, na Tesouraria da TERRACAP. PARÁGRAFO ÚNICO - O valor mensal estipulado nesta cláusula, poderá, em caso de renovação ou prorrogação, sofrer reajuste, nos termos do art. 2º Parágrafo Único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975 e legislação posterior. CLÁUSULA TERCEIRA - O valor global do presente contrato é de Cr$ 30.400,00 (trinta mil, quatrocentos cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, correndo à conta do Elemento: 3.1.3.0 - Serviços de terceiros, Subelemento: 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros, Função 03 - Administração e Planejamento; Programa 08 - Administração Financeira; Subprograma - 021 - Administração Geral; Atividade: SEF - 2.035 - Administração e Controle Fazendário, conforme Nota de Empenho nº 149/77 - SEF, no valor global de Cr$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos cruzeiros), emitida pela Secretaria de Finanças. CLÁUSULA QUARTA - Correrão por conta do Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, todos os ônus e encargos decorrentes do presente ajuste, bem como, o pagamento das taxas de água, força e luz, telefone, consertos e reparos em geral que necessitar o equipamento e instalações dos imóveis ora locados. CLÁUSULA QUINTA - É defeso ao Distrito Federal ceder ou transferir no todo ou em parte a terceiros, seja a que título for, os imóveis que lhe é dado em locação. CLÁUSULA SEXTA - responderá o Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, por quaisquer comprometimentos à conservação dos imóveis de parte dos seus ocupantes. CLÁUSULA SÉTIMA - Obriga - se o Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, a fazer, por sua conta e risco, com inteira solidez e perfeição, todo e qualquer reparo exigido pelo tempo de uso dos imóveis, exceto aquele originado por vício de construção obrigando - se nessa circunstância, a notificar a TERRACAP com antecedência mínima de 10 (dez) dias. CLÁUSULA OITAVA - Os consertos deverão ser submetidos, previamente, à aprovação da TERRACAP, empregando o Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, na coisa consertada ou substituída, material idêntico, ou à sua falta, similar de boa qualidade atestada pela TERRACAP. CLÁUSULA NONA- Benfeitorias de qualquer natureza ficam de plano desautorizadas. CLÁUSULA DÉCIMA - É facultado à TERRACAP fiscalizar o estado de conservação dos imóveis, através de representante, para tanto credenciado, obrigando - se a fazer comunicação prévia, neste sentido, ao Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente instrumento será automaticamente rescindido na ocorrência de: a) incêndio total ou parcial dos imóveis, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito, força maior, vício de construção ou propagação de fogo originário em outro prédio, devidamente provado, conforme preceitua o art. nº 1208 do Código Civil; b) reparos exigidos por vício de construção que durem mais de 01 (um) mês e tolham o uso dos imóveis, nos termos do art. nº 1205, do Código Civil; c) desapropriação ou interdição. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Obriga - se o Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, a entregar à TERRACAP, todas as notificações que lhes forem expedidas referentes ao objeto deste contrato. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A inadimplência de qualquer

das cláusulas deste contrato, acarretará sua automática rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de rescisão, sujeitar - se - á a parte inadimplente ao pagamento de valor correspondente aos aluguéis dos meses que faltarem para completar o período de vigência do contrato, além de multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do Termo. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, obriga - se a devolver os imóveis com todos os seus acessórios, no mesmo estado em que os recebeu. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente instrumento poderá ser renovado, alterado, prorrogado, aditado ou rescindido por mútuo acordo das partes, bastando que a parte interessada, para tanto, se manifeste por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O Distrito Federal através da Secretaria de Finanças, designará um executor para o presente contrato, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da TERRACAP, expirando - se em 31 de dezembro de 1977. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELA TERRACAP (as.) ARMANDO COLAVOLPE e JOÃO ALCIDES HOMAR; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 29, fls. 293/95 da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. BRASÍLIA, 07/07/1977 - MANOEL CÉSAR NETO - Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos da 1ª SPRG - VISTO: Em, 07/07/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO DE BRASILIA DO CENTRO DESPORTIVO "PRESIDENTE MÉDICI", CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB, REPRESENTADO PELA SUA COMISSÃO DE FORMATURA, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DAS SOLENIDADES DE COLAÇÃO DE GRAU DOS BACHARELANDOS DAS FACULDADES DE CIÊNCIAS ECONOMICAS, CONTÁBEIS, ADMINISTRATIVAS E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, NO DIA 05 (CINCO) DE AGOSTO DE 1977.

Aos 22 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Superintendência da Administração das Unidades Desportivas (AUD), presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente da (AUD), autorizado pelo art. 3º, inciso I, do Decreto nº 2.070, de 09 de outubro de 1972, e, do outro, o CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB, doravante denominado simplesmente OCUPANTE, neste ato representado pela Senhora ALFA MONTEIRO GAMBIRASIO, brasileira, casada, na qualidade de Presidente da Comissão, residente na HIGS 707/C/61, nesta Capital, portadora da Carteira de Identidade nº 063528 - SEP/DF, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação com fulcro no art. 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA: - O presente instrumento tem por objeto a ocupação do Ginásio de Brasília, do Centro Desportivo "Presidente Médici", pelo OCUPANTE– para a realização das solenidades de colação de Grau dos bacharelandos das Faculdades de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, e de Comunicação Social do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, no dia 05 (cinco) de agosto de 1977. PARÁGRAFO UNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula, os bares e as Tribunas de Honra e Especial. CLÁUSULA SEGUNDA - O OCUPANTE pagará ao DISTRITO FEDERAL, a título de Taxa de Ocupação, a quantia de Cr$ 4.388,50 (quatro mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), correspondentes a 05 (cinco) salários referência em vigência no Distrito Federal. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recolhimento da Taxa de Ocupação a que se refere esta cláusula deverá ser efetuado, pelo OCUPANTE, na Seção de Arrecadação I da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, quando da assinatura do presente termo. PARÁGRAFO SEGUNDO - O OCUPANTE será responsável, ainda, pelas despesas operacionais que compreendem: Porteiros, Bilheteiros, Serventes, técnicos de som e iluminação, que deverão ser pagos diretamente ao Serviço Financeiro da AUD, no dia do evento. CLÁUSULA TERCEIRA - Serão de inteira responsabilidade do OCUPANTE os danos materiais que por acaso ocorram durante a ocupação nos equipamentos de iluminação, som e mobiliário. CLÁUSULA QUARTA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por quaisquer acidentes caso ocorram com os participantes do evento. CLÁUSULA QUINTA - O não cumprimento, pelo OCUPANTE das cláusulas deste termo, a obrigará ao pagamento de 10 (dez) vezes o valor de referência no Distrito Federal, instituido pela Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, regulamentado em legislação posterior e vigentes à época da cobrança. CLÁUSULA SEXTA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL, decorrentes do presente instrumento serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA SÉTIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração das Unidades Desportivas (AUD), designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do OCUPANTE, expirando - se após o integral cumprimento das obrigações contraídas, pelo OCUPANTE. CLÁUSULA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em livro próprio da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) TAQUEGI KORESSAWA; Pelo Ocupante: (as.) ALFA MONTEIRO GAMBIRASIO; Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e JOSÉ MOREIRA DA SILVA.
CERTIDÃO - Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº 29, fls. 249/50, da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. Brasília, 12/07/1977. MARCOS ANTONIO BARBOSA. 1ª SPRG/DAA/SRCC. Chefe. VISTO: Em, 12.07.77. JULIO CÉSAR SANTOS. 1º Subprocurador - Geral do DF. (DAR - 05.07.77 - Cr$ 422,40)

TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CELEBRADO EM 06 DE MAIO DE 1977, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA EMSA EMPRESA SUL AMERICANA DE MONTAGENS LTDA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) GINÁSIO DE ESPORTES, NA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE.

Aos 29 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Palácio do Buriti, presentes, de um lado o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor Governador ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, no uso da competência que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Senhor JOÃO DUARTE MOREIRA, brasileiro, casado, Técnico de Administração, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, e do outro a Firma EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens Ltda, estabelecida em Goiânia - GO, à Rua 90 nº 45, Setor Sul, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 17393547/0001 - 06, doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor HERMES VARGAS, brasileiro, casado, industriário, residente e domiciliado nesta Capital, portador do CPF nº 042037631 - 34, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 01/77 - ACSNB, cujo Edital, seu anexo I, Especificações, Projetos e Proposta da Firma vencedora passam a integrar este ajuste, como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento fica aditado o Contrato de Empeitada por Preço Global, celebrado entre o Distrito Federal e a Firma EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens Ltda, em 06 de maio de 1977, lavrado às fls. 213/218, do Livro nº 27, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, objetivando a construção de 01 (um) Ginásio de Esportes a ser edificado na Praça Central daquela Cidade Satélite, de conformidade com o Edital nº 01/77 - ACSNB, medindo 1.320 m2, composto de 1 (uma) quadra oficial de esportes, 1 (um) palco, arquibancada, 3 (três) vestiários, 2 (duas) cabines de imprensa, 1 (uma) tribuna de honra, 1 (uma) sala de som, 1 (uma) sala de administração, 1 (um) bar, 1 (uma) sala para depósito, 4 (quatro) sanitários, 2 (duas) bilheterias, hall, circulações internas e externas. Os projetos, as pranchas, as especificações, os detalhes, a proposta da EMPREITEIRA, ficam desde logo fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se nele transcritos fossem. CLÁUSULA SEGUNDA - A importância de Cr$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) fixada na Cláusula Segunda do contrato principal celebrado entre as partes em 06 de maio de 1977, lavrado às fls. 213/218, do Livro nº 27, de Registro de Contratos e Convênios da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal será suplementada com a importância de Cr$ 520.644,00 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros), para perfazer a quantia de Cr$ 3.520.644,00 (três milhões, quinhentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros), valor total dos serviços mencionados na cláusula anterior. PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para fazer face à execução do presente ajuste correrão à conta do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - FUNDEFE, Elemento 4.2.6.0 - Diversas Inversões Financeiras; Função 03 - Administração e Planejamento; Programa 09 - Planejamento Governamental; Subprograma 031 - Assistência Financeira; Projeto SEF - 1.068 - Financiamento e Programa de Desenvolvimento, Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, conforme Nota de Empenho nº 159/77 - SEF, emitida pela Secretaria de Finanças, no valor de Cr$ 520.644,00 (quinhentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros). CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas e inalteradas, no que couberem, as demais cláusulas do contrato principal, firmado entre as mesmas partes em 06 de maio de 1977. CLÁUSULA QUARTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento e, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em Livro próprio da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) ELMO SEREJO FARIAS e JOÃO DUARTE MOREIRA; PELA EMPREITEIRA (as.) HERMES VARGAS; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.
CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 27, fls. 311/12 da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. BRASÍLIA, 11/07/1977 - MANOEL CÉSAR NETO - Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos da 1ª SPRG. - VISTO: Em, 12/07/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E O BANCO REAL S/A, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO, PELO SEGUNDO PARA O PRIMEIRO, DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 28 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Finanças presentes, de um lado o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, Economista, residente e domiciliado nesta Capital, com fundamento no Art. 20, do Decreto nº 3372 de 24 de agosto de 1976, e do outro o BANCO REAL S/A, estabelecido em Brasília, à SCRN - Q. 502, Bl. "B" loja 68, CGC nº 17156514/0001 - 33, aqui representado pelo Senhor ITAMAR SEBASTIÃO NUNES, brasileiro, casado, Bancário, portador do CIC nº 009741290 - 20, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente BANCO, resolvem firmar este ajuste com fundamento no Decreto nº 3372 de 24 de agosto de 1976, mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento obriga - se o BANCO a arrecadar, diretamente dos contribuintes, as receitas de competência do Distrito Federal, inclusive em outras praças, ouvido previamente o Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, bem como a receber documentos que representem, ou não, arrecadação efetiva de receitas, de interesse do Distrito Federal, solicitados pela Secretaria de Finanças, dentro dos prazos regulamentares. CLÁUSULA SEGUNDA - A Sistemática a ser obedecida pelo BANCO, compreenderá: I) autenticação mecânica em todas as vias dos documentos de arrecadação, que identifique o BANCO, a máquina utilizada, o número da operação, a data e a quantia recebida; II) emissão, ao final de cada dia, do Boletim Diário de Recolheimento (BDR) em 03 (três) vias, do qual constarão as informações exigidas pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, independentemente de ter havido recolhimento de receitas, o qual deverá ser entregue, juntamente com os documentos porventura existentes, ao órgão controlador daquela Secretaria, prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento; III) encaminhamento ao órgão controlador, mensalmente, do Boletim de Transferência (BT), acompanhado de duas vias do extrato de conta relativo ao período da transferência ao Banco Regional de Brasília S/A; IV) manter à disposição dos órgãos encarregados da fiscalização do sistema, registros, livros e documentos aptos à verificação necessária; V) responder pela ação ou omissão dos seus prepostos e empregados, no processo de arrecadação e recolhimento das receitas, bem como pela segurança dos valores e documentos, entre o ato do recebimento e de sua entrega aos setores competentes; VI) indicar, por escrito, o nome de um encarregado pelo relacionamento de cada estabelecimento do BANCO, junto ao órgão controlador da repartição fiscal; VII) cumprir as normas disciplinadoras do Sistema de Arrecadação Bancária consubstanciadas na legislação pertinente que passarão a integrar este Convênio, como se nele transcritas fossem. CLÁUSULA TERCEIRA - As quantias arrecadadas nos termos da Cláusula Primeira, serão registradas pelo BANCO, diariamente, em conta transitória sem juros, aberta sob o título contábil "DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS A VISTA - GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - CONTA ARRECADAÇÃO", cujo saldo será transferido para o Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, conforme estabelece a Cláusula seguinte. CLÁUSULA QUARTA - Até o dia 15 de cada mês ou no 1º dia útil subsequente àquele, o BANCO recolherá, sem qualquer ônus, ao Banco Regional de Brasília S/A, Agência Central, o saldo existente no último dia do mês anterior, na conta mencionada na Cláusula Terceira. CLÁUSULA QUINTA - O BANCO, na qualidade de agente arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos, ou outros elementos consignados pelos contribuintes nos documentos de arrecadação. CLÁUSULA SEXTA - O BANCO que, por motivos não justificáveis, descumprir quaisquer das cláusulas deste instrumento ou as solicitações formais do Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, quanto à sua execução, fica sujeito a ser declarado inidôneo para transacionar com os órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Decreto nº 3.372 de 24 de agosto de 1976. CLÁUSULA SÉTIMA - A natureza das receitas, cuja arrecadação será autorizada ao BANCO, será especificada pelo Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - A arrecadação, expirado o prazo regulamentar, fica condicionada à aposição de visto nos documentos próprios, pela repartição fiscal competente e ao recebimento dos acréscimos que lhes forem correspondentes. PARÁGRAFO ÚNICO - O recebimento de tributos em atraso, sem visto da repartição fiscal competente, implica na responsabilidade do BANCO pelos acréscimos legais devidos. CLÁUSULA NONA - A liquidação dos cheques correspondentes às receitas do Distrito Federal, é de exclusiva responsabilidade do BANCO. CLÁUSULA DÉCIMA - Os serviços objeto deste termo serão prestados pelo BANCO, sem qualquer ônus para o Distrito Federal. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, manterá o BANCO informado quanto aos prazos regulamentares de vencimento dos tributos,

modelos e espécies de documentos adotados e expedirá as instruções normativas pertinentes. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes é facultado, a qualquer tempo, denunciar o presente instrumento por escrito, produzindo efeito após 30 (trinta) dias da sua formulação sem que o uso dessa faculdade dê direito a indenização de qualquer natureza. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Convênio entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, a expensas do Distrito Federal. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em Livro próprio da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraïdas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELO BANCO (as.) ITAMAR SEBASTIÃO NUNES; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES. EM TEMPO: No preâmbulo onde se lê: ITAMAR SEBASTIÃO NUNES, brasileiro, casado, bancário. LEIA - SE: OSANAN RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, bancário, portador da Identidade nº 734692 - SSP - MG, por seu bastante procurador.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraïda do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº 29, fls. 284/86 da 1ª Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 11/07/1977 - MANOEL CÉSAR NETO - Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos da 1ª SPRG. VISTO: Em, 12/07/77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DA LOJA Nº. 1.27, COM ÁREA DE 28.80m2, DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL E FIRMA LÚCIO PREARD - FOTO SÃO FRANCISCO, NA FORMA ABAIXO.

Aos 27 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, presentes, de um lado, o Distrito Federal, no ato representado pelo senhor MARCILIO MARQUES BOTTI, brasileiro, casado, Funcionário Público, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Superintendente, autorizado pelo art. 2º., inciso II, do Decreto nº. 1.765, de 05.08.71, bem comc, delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº. 031010/75, e do outro a Firma LÚCIO PREARD - Foto São Francisco, aqui representada pelo seu Procurador Senhor GILBERTO POLVERINE PREARD, brasileiro, solteiro, comerciário, portador do CIC nº. 116233811 - 34, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o nº. 00081075/0001, resolvem firmar o presente ajuste na conformidade do art. 24 da Lei nº. 4545, de 10 de dezembro de 1964, tendo como objeto a área denominada Loja nº. 1.27, com 28,80m2, (vinte e oito e oitenta metros quadrados), mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - A área denominada Loja nº. 1.27, objeto desta Permissão de Uso, situada na Estação Rodoviária de Brasília, será destinada exclusivamente ao comércio de venda de material fotográfico e tiragem de fotografia. CLÁUSULA SEGUNDA - A presente Permissão de Uso autorizada a título precário, poderá ser revogada pelo Distrito Federal, independentemente de notificação judicial, nas seguintes hipóteses: a) alteração, pela PERMISSIONÁRIA, da destinação prevista na Cláusula Primeira; b) dissolução, falência ou concordata da PERMISSIONÁRIA; c) inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas em decorrência do presente TERMO, especialmente as previstas na Cláusula Décima Primeira. CLÁUSULA TERCEIRA- A PERMISSIONÁRIA, pagará ao Distrito Federal, mensalmente, por período de 24 (vinte e quatro) meses, a importância de Cr$ 3.538,65 (três mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros e sessenta e cinco centavos), a título de Taxa de Ocupação, conforme critério estabelecido na Portaria nº. 107/76, de 30 de dezembro de 1976, do Secretário de Serviços Públicos. PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da Taxa de Ocupação, será reajustável na conformidade do critério estabelecido na Lei nº. 6.205, de 29 de abril de 1975, legislação complementar e acompanharão as alterações que porventura venham a ocorrer na legislação citada. CLÁUSULA QUARTA - A transferência da presente PERMISSÃO DE USO, a qualquer título, no todo ou em parte só se fará mediante consulta prévia e autorização do Distrito Federal, obedecidas as seguintes condições: a) pagamento da Taxa de transferência equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do TERMO DE PERMISSÃO DE USO, calculado sobre o valor da Taxa de Ocupação Mensal em vigor e multiplicado pelo nº. de meses correspondentes ao prazo total da PERMISSÃO; b) na assinatura do novo TERMO DE PERMISSÃO DE USO, serão observadas as condições para qualificação de PERMISSIONÁRIAS, atualização da Taxa de Ocupação e caução correspondente. CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA, neste ato para garantia das obrigações assumidas no presente TERMO fará a prova de recolhimento de uma caução no valor de Cr$ 14.154,60 (quatorze mil, cento e cinquenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), correspondente a 04 (quatro) vezes a Taxa de Ocupação em vigor, junto ao Banco Regional de Brasília S/A, em favor do Distrito Federal, caução essa que será reajustável na conformidade do critério estabelecido pela Lei nº. 6.205, de 29.04.75, legislação complementar e a diferença considerada e recolhida sempre que houver renovação da PERMISSÃO. CLÁUSULA SEXTA - A PERMISSIONÁRIA pagará mensalmente ao Distrito Federal, na Tesouraria da AERB ou em Banco credenciado a quota que lhe couber no rateio das despesas mensais de energia elétrica, água e esgoto. CLÁUSULA SÉTIMA- O não cumprimento das obrigações constantes das cláusulas terceira e Oitava, dentro dos prazos previstos, implicará automaticamente no acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os respectivos valores vencidos, por cada mês de atraso, além dos juros e demais cominações legais, independentemente das penalidades previstas no Regulamento Geral da Estação Rodoviária de Brasília, do qual tem pleno conhecimento, que passa a integrar este ajuste, sem que seja necessária a sua transcrição, bem como as instruções baixadas pelo Distrito Federal. CLÁUSULA OITAVA - O projeto de instalação da loja, compreendendo benfeitorias ou melhoramentos, móveis e equipamentos, feito pela PERMISSIONÁRIA, será submetido, aprovado e autorizado previamente por escrito, pela AERB. CLÁUSULA NONA - As benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias, realizadas pela PERMISSIONÁRIA, serão incorporadas ao imóvel, sem direito a qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA DÉCIMA - A rescisão deste Termo de Permissão de Uso, pelas infrações previstas nas Cláusulas Segunda e Décima Primeira implicará na perda de qualquer direito de indenização ou reembolso pela PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Durante a vigência do presente Termo, a PERMISSIONÁRIA obriga- se a: I) pagar pontualmente as mensalidades previstas na Cláusula Terceira; II) cumprir o Regulamento, Instruções e Ordens de Serviço da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, e responder por quaisquer atos seus, e de seus empregados ou prepostos que impliquem na inobservância dos referidos dispositivos; III) sujeitar- se a todas as exigências da Saúde Pública e das autoridades Federais e Estaduais; IV) efetuar, à sua custa exclusiva, em nome e benefício da AERB, um seguro contra risco de incêndio e de destruição total ou parcial da área de permissão; V) responder civilmente por todos os prejuizos, perdas e danos que venham a ser causados por si, seus empregados, ou prepostos, à Estação Rodoviária de Brasília ou a terceiros; VI) pagar todas as multas que lhe venham a ser aplicadas pela Administração da Estação Rodoviária, de Brasília; VII) não causar embaraços aos serviços da Administração da Estação Rodoviária, quaisquer que sejam, atendendo à sua fiscalização e cumprindo as determinações emanadas de seus órgãos competentes; VII) afastar de serviço qualquer preposto ou empregado cuja permanência na Rodoviária for julgada inconveniente pela AERB.IX) manter a área objeto do presente Termo de Permissão de Uso em todas as suas dependências com os respectivos aparelhos e instalações em perfeito estado de conservação, asseio e segurança e em perfeito funcionamento, de forma a restituir tudo na mais perfeita ordem e nas mesmas condições em que recebe quando terminado prazo do presente Termo, para que possa ser imediatamente ocupado por novo PERMISSIONÁRIO, sem que isso demande conserto, reparação ou pintura, utilizando, ao fazer a reparação, material da mesma qualidade que o anteriormente empregado. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-É expressamente proibido à PERMISSIONÁRIA: I) o funcionamento de aparelhos radiofônicos, alto- falantes ou congêneres, que sejam ouvidos fora da loja ou espaço a ele permitido, bem como permitir algazarra, distúrbios e ruídos incompatíveis com o comportamento e decoro social; II) a ocupação de fachadas externas, bem como qualquer espaço externo à área objeto do presente Termo de Permissão de Uso com mercadoria, cartazes, propagandas, indicações ou dizeres congêneres, salvo autorização por escrito da Administração da Estação Rodoviária de Brasília. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - No caso de haver necessidade de serem tomadas medidas judiciais para reintegração de posse, por descumprimento de qualquer das cláusulas previstas no presente Termo, no Regulamento, nas Instruções e nas Ordens de Serviços da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, as custas judiciais ou extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta exclusiva da PERMISSIONÁRIA. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Distrito Federal, através da Administração da Estação Rodoviária de Brasília, designará um executor para o presente instrumento, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. PARÁGRAFO ÚNICO - Ao executor mencionado nesta Cláusula caberá ainda, fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes deste ajuste, bem como a conservação dos bens que constituem seu objeto ficando- lhe assegurado, desde já, o livre acesso a qualquer dependência da área objeto deste instrumento. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser renovado ou prorrogado, mediante requerimento da PERMISSIONÁRIA à Administração da Estação Rodoviária de Brasília, 90 (noventa) dias antes do seu término. PARÁGRAFO ÚNICO - O não cumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer das obrigações ora contraídas, será motivo para rescisão do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da PERMISSIONÁRIA, e expirar-se- á 02 (dois) anos após o seu integral cumprimento. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou- se o presente em livro próprio da 1º. Subprocuradoria- Geral do Distrito Federal, do qual foram extraïdas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as) MARCILIO MARQUES BOTTI; PELA PERMISSIONÁRIA (as.) GILBERTO POLVERINE PREARD; TESTEMUNHAS (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraïda do Livro de Registro de Contratos e Convênios nº. 29, fls. 277/80 da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal. Brasília, 05.07.1977. MANOEL CÉSAR NETO Diretor da Divisão de Assuntos Administrativos da 1º. SPRG. VISTO: Em, 07.07.77. JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º. Subprocurador - Geral do DF. (DAR - 05.07.77 - Cr$ 792,00).

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/77, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - GMC/18.

O 1º Batalhão de Polícia Militar, fará realizar às 09:00 horas do dia 29 de julho de 1977, na sala da Comissão de Licitação, localizada na sede do 1º BPM, Tomada de Preços para aquisição de materiais classificados no Grupo de Materiais de consumo - 18.

Os interessados poderão obter o Edital com as especificações e demais informações, no horário de 14:00 às 17:00 horas de segunda a sexta - feira, no endereço supra mencionado.

Brasília - DF, em 13 de julho de 1977

ITALO CAIAFA - Cap PM
Mat. 0039/6 - PRES. DA COM. DE LICIT.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA PRATICANTE DE ADMINISTRAÇÃO,
CONFORME EDITAL Nº. 061/77 - IDR
EDITAL Nº. 087/77 - IDR

Nº. DE ORDEM	Nº. DE INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	106	Inocêncio Plínio Fioreze	91,0	1º
02	091	Carlos Uomani Batista Saldanha	75,5	2º
03	033	Irani Rosa da Silva	70,4	3º
04	083	Manoel Inácio de Oliveira	69,6	4º
05	080	Egídio Dantas da Gama	68,7	5º
06	027	Marco Aurélio Ferreira	68,5	6º
07	094	Heliana Messias dos Santos Barra	67,8	7º
08	031	Márcia Aparecida de Cerqueira	66,6	8º
09.	078	Iairo Cesar Bandeira Coelho	64,1	9º
10.	041	Francisco das Chagas Aquino	63,8.	10º
11..	039.	Jônatas Soares de Figueiredo	63,0.	11º
12.	010	Francisco Holanda de Nogueira	62,6	12º
13.	099	Roberto Vieira de Lima	60,9	13º
14.	045	Cesar Monteiro Cruz	60,2	14º

Brasília, 11 de julho de 1977
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

PREÇO DESTE EXEMPLAR CR$ 2,00